

SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO E HABITAÇÃO - SST
CONSELHO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE SANTA CATARINA – CEAS/SC

RELATÓRIO



VIII CONFERÊNCIA ESTADUAL DE
ASSISTÊNCIA SOCIAL
SANTA CATARINA

OUTUBRO/2011

RELATÓRIO

VIII CONFERÊNCIA ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE SANTA CATARINA

1. DADOS GERAIS:

- a) Relatório da Conferência Estadual de SANTA CATARINA.
- b) Data de realização: 13, 14 e 15 de outubro de 2011.
- c) Local de realização: Oceania Park Hotel – Bairro Ingleses– Florianópolis –SC.
- d) Número de municípios presentes: **197 municípios** (143 de Pequeno Porte I, 28 de Pequeno Porte II, 14 de Médio Porte e 12 de Grande Porte).
- e) Número Total de Participantes:

DELEGADOS			
USUÁRIOS	ENTIDADES	TRABALHADORES DE ENTIDADES	REPRESENTANTES GOVERNAMENTAIS
			Gestores e Trabalhadores da Área
129	160	91	427
TOTAL: 807			

OUTROS		
CONVIDADOS	AUTORIDADES	COMISSÃO ORGANIZADORA E COLABORADORES
25	23	33
TOTAL: 81		

TOTAL GERAL DE PARTICIPANTES
888

2. PROGRAMAÇÃO:

13 DE OUTUBRO	
13h	Solenidade de Abertura
14h	Conferência Magna “Consolidação do SUAS e a Valorização dos seus Trabalhadores” Palestrante: Valéria Gonelli , Secretaria Adjunta do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome /MDS
15h15	A Consolidação do SUAS em Santa Catarina: Balanço e perspectivas. Palestrantes: Serafim Venzon: Secretário de Estado da Assistência Social, Trabalho e Habitação e Dalila Maria Pedrini: Diretora de Assistência Social de SC.
16h15	Debate

17h15	Intervalo
17h45	Leitura e Aprovação do Regimento Interno
19h30	Jantar de Confraternização em comemoração a sanção da LOAS Consolidada pelo SUAS
14 DE OUTUBRO	
8h30	Painéis 1. Estratégias para a estruturação da gestão do trabalho no SUAS Painelista: Celio Moraes/Consultor MDS 2. Reordenamento e qualificação dos serviços socioassistenciais Painelista: Edi Napoli Nishioka e Karla Cardoso Borges/Prefeitura Municipal de Criciúma 3. Fortalecimento da participação e do controle social Painelista: Carlos Eduardo Ferreira/Presidente CNAS 4. A centralidade do SUAS na erradicação da extrema pobreza no Brasil Painelista: Darlene Moraes/UNISUL 5. LOAS consolidada com a Lei 12.435/2011 (SUAS) Painelista: Clara Carolina de Sá/MDS
10h10	Organização dos Grupos de Trabalho OFICINAS: Grupos de Trabalho 1. Estratégias para a estruturação da gestão do trabalho no SUAS 2. Reordenamento e qualificação dos serviços socioassistenciais 3. Fortalecimento da participação e do controle social 4. A centralidade do SUAS na erradicação da extrema pobreza no Brasil
12h	Intervalo para almoço
13h30	OFICINAS: Grupos de Trabalho - continuidade
15h30	Intervalo
16h	OFICINAS: Grupos de Trabalho - continuidade
17h30	Encontro com os Coordenadores e Relatores das Oficinas para a Consolidação dos Trabalhos dos Grupos
15 DE OUTUBRO	
8h30	Plenária Final da Conferência Estadual Apresentação das Deliberações e Moções das Oficinas de Trabalho por Subtema 1. Estratégias para a estruturação da gestão do trabalho no SUAS 2. Reordenamento e qualificação dos serviços socioassistenciais 3. Fortalecimento da participação e do controle social 4. A centralidade do SUAS na erradicação da extrema pobreza no Brasil
11h10	Aprovação das moções apresentadas na Conferência Estadual
12h	Intervalo para almoço
13h30	Eleição dos Delegados para a Conferência Nacional
15h	Apresentação e homologação dos delegados
16h	Encerramento

3. RELATO SUCINTO DA CONFERÊNCIA ESTADUAL:

Nos dias 13, 14 e 15 de outubro de 2011, na cidade de Florianópolis, o Oceania Park Hotel foi cenário da realização da VIII Conferência Estadual de Assistência Social tendo como tema central: “*A Consolidação do SUAS e a Valorização dos seus Trabalhadores*”. A conferência contou com a presença de 807 delegados, dos quais 788 representando municípios e 19 representando o Conselho Estadual de Assistência Social (CEAS/SC), cuja distribuição por segmento correspondeu a: 427 delegados governamentais (gestores e trabalhadores), e 380 delegados da sociedade civil (160 de entidades, 91 de trabalhadores e 129 de usuários). A conferência contou com a representação de 197 municípios (67%), não enviaram representação à conferência 88 municípios (30%), e não enviaram relatório e/ou não realizaram conferência 08 municípios (3%). Ainda marcaram presença na conferência 25 observadores, 23 autoridades e 33 colaboradores da comissão organizadora, totalizando a participação de 888 pessoas.

Estiveram presentes na cerimônia de abertura da conferência, o Coordenador do Fórum Estadual Permanente de Assistência Social, Gilberto Scussiatto; a Diretora de Assistência Social da Secretaria Estadual de Assistência Social, Trabalho e Habitação, Prof^a Dalila Maria Pedrini; a Representante do Colegiado dos Gestores Municipais de Assistência Social-COEGEMAS, Belenite Frozza; o Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social, Carlos Eduardo Ferrari; a Presidente da Frente Parlamentar em Defesa do SUAS, deputada Luciane Carminatti; a Vice-Presidente da Frente Parlamentar em Defesa do SUAS, deputada Dirce Heidercheidt, a Presidente do Conselho Estadual de Assistência Social, Janice Merigo; a Secretária Adjunta do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome- MDS, Valéria Gonelli; o Secretário Municipal de Assistência Social de Florianópolis, Felipe Augusto Teixeira; o Secretário de Estado da Assistência Social, Trabalho e Habitação, Serafim Venzon; o Secretário Adjunto da Secretaria de Assistência Social, Trabalho e Habitação, José Mauro Junglhaus; a Representante do Fórum Estadual dos Trabalhadores do SUAS, Marliange da Silva e a Representante dos Usuários do SUAS, Solange Bueno.

A palestra de abertura foi proferida por Valéria Gonelli, Secretária Adjunta do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome- MDS, que abordou a temática central da conferência: “*A Consolidação do SUAS e a Valorização dos seus Trabalhadores*”.

Antecedendo aos trabalhos de grupo foi realizado Painel sobre os Subtemas da Conferência, para subsidiar as deliberações a serem priorizadas, com base no instrumental - *Síntese das Proposições Municipais por Subtema*, bem como foi apresentada a alteração da LOAS para adequação ao SUAS, conforme quadro abaixo:

SUBTEMAS E ALTERAÇÃO DA LOAS	PAINELISTAS
Estratégias para a estruturação da gestão do trabalho no SUAS.	Célio Moraes, Consultor do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS).
Reordenamento e qualificação dos serviços socioassistenciais.	Edi Napoli Nishioka e Karla Cardoso Borges/Prefeitura Municipal de Criciúma.
Fortalecimento da participação e do controle social.	Carlos Eduardo Ferrari/Presidente do CNAS.
A centralidade do SUAS na erradicação da extrema pobreza no Brasil.	Darlene Moraes/Professora da UNISUL.
LOAS consolidada com a Lei 12.435/2011 (SUAS).	Clara Carolina de Sá do Ministério de Desenvolvimento Social (MDS)

Foram realizados 12 (doze) grupos de trabalho, cada três grupos discutindo e deliberando sobre o mesmo subtema, sob orientação de coordenador e relator indicados pela Comissão Organizadora e coordenadores e relatores adjuntos escolhidos nos respectivos grupos, conforme quadro abaixo:

GRUPOS DE TRABALHO	COORDENADOR(A)	RELATOR(A)
Subtema 1 - (Grupo A): <i>Estratégias para a estruturação da gestão do trabalho no SUAS.</i>	Cleverton C. Maciel (DIAS)	Maristela Antonia dos Santos (SINE)
Subtema 1 - (Grupo B): <i>Estratégias para a estruturação da gestão do trabalho no SUAS.</i>	Marliange da Silva (CEAS)	Daiana Nardino (DIAS)
Subtema 1 - (Grupo C): <i>Estratégias para a estruturação da gestão do trabalho no SUAS.</i>	Célio Moraes (MDS)	Adriana M. Aguillar(DIAS)
Subtema 2 – (Grupo D): <i>Reordenamento e qualificação dos serviços socioassistenciais.</i>	Úrsula L. Carreirão (DIAS)	Denise Dela Bruna (DIAS)
Subtema 2 – (Grupo E): <i>Reordenamento e qualificação dos serviços socioassistenciais.</i>	Vania Souto (FECAM)	Roseane Zacchi (DIAS)
Subtema 2 – (Grupo F): <i>Reordenamento e qualificação dos serviços socioassistenciais.</i>	Carolina Marques (DIAS)	Andréia Titon (DIAS)
Subtema 3 – (Grupo G): <i>Fortalecimento da participação e do controle social.</i>	Regina Panceri (UNISUL)	Léa Leal (CEAS) e Fabiana Soares (DIAS)
Subtema 3 – (Grupo H): <i>Fortalecimento da participação e do controle social.</i>	Kátia Freitas (CEAS)	M ^a Luiza Lorenzini Gerber (CEAS)
Subtema 3 – (Grupo I): <i>Fortalecimento da participação e do controle social.</i>	Maria Antonia (Fórum Estadual de Assistência Social)	Maria Cecília A. Godsfriedt (CEAS)
Subtema 4 – (Grupo J): <i>A centralidade do SUAS na erradicação da extrema pobreza no Brasil.</i>	Sandra Schilichting	Fabiola Schmitz (CEAS)
Subtema 4 – (Grupo K): <i>A centralidade do SUAS na erradicação da extrema pobreza no Brasil.</i>	Darlene Moraes (UNISUL)	Márcia Araujo (CEAS)
Subtema 4 – (Grupo L): <i>A centralidade do SUAS na erradicação da extrema pobreza no Brasil.</i>	Kathia Terezinha Müller	Neiva Miguel e Renata Nunes (DIAS)

As deliberações foram consolidadas pelos coordenadores e relatores dos três grupos de cada subtema e apresentadas em plenária para análise e deliberação, constituindo-se nas proposições de Santa Catarina para a VIII Conferência Nacional de Assistência Social. Igualmente, nesta Plenária, foram analisadas e aprovadas “moções” elaboradas e consensualizadas nos grupos de trabalho.

O término dos trabalhos culminou com a homologação em Plenária dos 54 delegados estaduais que representarão Santa Catarina na Conferência Nacional, correspondendo a 48 delegados de representação municipal e 06 delegados de representação estadual, conforme orientações do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS. Seguindo as prerrogativas do Regimento Interno aprovado foram eleitos paritariamente, em foro próprio do segmento de representação, 24 delegados municipais titulares da área governamental e 24 delegados municipais titulares da Sociedade Civil. Dos 24 delegados municipais da área governamental, foram eleitos 12 representantes de gestores e 12 representantes de trabalhadores do SUAS, com seus respectivos suplentes. Dos 24 delegados municipais da sociedade civil foram eleitos 08 representantes de entidades, 08 representantes de trabalhadores do SUAS e 08 representantes dos usuários, com seus respectivos suplentes.

Os 06 delegados estaduais foram eleitos dentre os membros do Conselho Estadual de Assistência Social – CEAS/SC, correspondendo a 03 delegados titulares de representação governamental e 03 delegados titulares de representação não governamental, com seus respectivos suplentes.

Registra-se que durante a conferência foi realizada a apresentação de dança de rua por grupo de adolescentes do Instituto Guga Kuerten e a leitura de dois poemas: “Rap da Assistência Social” de autoria de Ana Patrícia Januário do município de Criciúma e “A Conferência de Assistência Social” de autoria de Geraldo Raimundo de Paulo (Vôvo Geraldo) do município de Braço do Norte, ambos delegados de representação dos usuários. Também, a única delegada representante de usuários indígenas, presente na conferência, Maria Inês da Silva, do município de São Francisco do Sul, apresentou a todos uma canção na língua tupi-guarani.

Finalizando este breve relato, pode-se dizer que a realização da VIII Conferência Estadual de Assistência Social representou mais um momento histórico no processo de consolidação do SUAS em Santa Catarina, tendo sido a expressão da realização de 289 conferências municipais de assistência social (98,63%), as quais contaram com a participação de 22.345 pessoas dentre gestores, trabalhadores do SUAS e de políticas intersetoriais, entidades prestadoras de serviços e usuários. Destaque-se a expressiva participação de usuários nesta Conferência Estadual, resultado da realização de mobilizações em 185

municípios, correspondendo a 63% da totalidade dos municípios de Santa Catarina. Estes 185 municípios realizaram dois tipos de mobilização: 112 municípios (61%) realizaram pré-conferências com usuários, entidades da rede socioassistencial e trabalhadores do SUAS e, 73 municípios (39%) realizaram encontros de organização e divulgação da conferência pelo Conselho Municipal de Assistência Social. Embora mais um passo se tenha dado na consolidação do SUAS em Santa Catarina, não se contou com a presença na Conferência Estadual de delegados eleitos de 88 municípios (30%) e 08 municípios (3%) não enviaram relatório da conferência municipal ou não realizaram conferência municipal, totalizando 96 municípios (33%), cuja ausência de representação na Conferência Estadual de Assistência Social, ainda é indicativo de debilidades, a serem enfrentadas no processo de consolidação do Sistema Único de Assistência Social em Santa Catarina.

4. QUADRO A - SÍNTESE DAS MOBILIZAÇÕES PREPARATÓRIAS ÀS CONFERÊNCIAS MUNICIPAIS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL EM SANTA CATARINA

4.1. QUADRO A - MOBILIZAÇÕES MUNICIPAIS PREPARATÓRIAS ÀS CONFERÊNCIAS QUANTIFICAÇÃO TOTAL DE NÚMERO DE PARTICIPANTES

MUNICÍPIOS			Nº DE PARTICIPANTES				
REALIZARAM MOBILIZAÇÕES	NÃO REALIZARAM MOBILIZAÇÕES	NÃO INFORMARAM SOBRE A MOBILIZAÇÃO	USUÁRIOS	TRABALHADORES	ENTIDADES	REPRESENTAÇÃO GOVERNO	TOTAL
185	36	72	17.197	2.412	1.890	2.668	24.167
OBSERVAÇÕES:							
1) Os dados de número de participantes, corresponde aos 185 municípios que realizaram mobilizações e informaram os dados em seus relatórios (Ver Anexo 1 - Tabela de Mobilizações por Município)							
2) Apenas 36 municípios declararam em seu relatório que não realizaram mobilizações.							
3) Não informaram sobre a mobilização, 72 municípios, quer por não enviarem relatório, quer por não apresentarem os dados de participação em seus relatórios, quer por omitirem em seus relatórios o quadro de mobilizações realizadas no município.							
TIPOS DE MOBILIZAÇÕES REALIZADAS							
Pré-conferências (encontros, reuniões) com os usuários dos serviços socioassistenciais, entidades da rede socioassistencial e trabalhadores do SUAS.				Encontros do CMAS para organizar as conferências e processos de divulgação (rádio, convites, etc)			
112				73			
TOTAL: 185							

4.2. QUADRO A - MOBILIZAÇÕES MUNICIPAIS PREPARATÓRIAS ÀS CONFERÊNCIAS

SÍNTESE DA AVALIAÇÃO DO PROCESSO

EVENTO REALIZADO	SUBTEMAS E QUESTÕES DEBATIDAS	DIFICULDADES PARA PARTICIPAÇÃO	AVANÇOS
- Reunião entre o Conselho de Assistência Social e membros do órgão gestor.	- Planejamento das Pré-Conferências e da Conferência Municipal de Assistência Social; - Estudo dos subtemas da conferência; - Organização da infraestrutura operacional e técnica da conferência.	- Pouca participação de conselheiros não governamentais e conselheiros governamentais (indicados sem serem consultados), não assumindo o seu papel; - Falta de conhecimento aprofundado dos conselheiros sobre o SUAS por falta de capacitação; - Falta de disponibilidade de tempo dos conselheiros para realização de pré-conferências; - Realização de muitas conferências no mesmo ano, extremamente próximas umas das outras, assoberbando Conselhos e a estrutura de apoio logístico e financeiro do órgão gestor, bem como a participação de representantes da sociedade civil e do poder público.	- Envolvimento do Conselho e dos conselheiros na organização das pré-conferências e da conferência; - Conselheiros interessados e participantes em todo o processo de discussão e organização da conferência; - Preparação dos eixos temáticos para a discussão e manifestação dos grupos; - Participação mais efetiva do Conselho Municipal de Assistência Social, com conselheiros dando maior valor à conferência.
- Encontros com usuários dos serviços socioassistenciais (Grupos de Idosos, Clube de Mães, Grupos de Mulheres, Grupos do ProJovem e do PETI, beneficiários do PBF e BPC), especialmente organizados pelo CRAS e CREAS.	- Eixos temáticos da Conferência com ênfase no fortalecimento da participação; - Histórico da Política de Assistência Social; - Apresentação dos serviços de assistência social desenvolvidos no município e das Unidades de Atendimento (CRAS e CREAS); - Avaliação dos serviços socioassistenciais municipais; - Importância da participação e do controle social;	- O tempo limitado para abordagem da temática com os grupos; - O horário de realização das pré-conferências, impossibilitando a participação de usuários; - Conseguir despertar no usuário a importância de sua participação no controle social dos serviços; - A complexidade dos conteúdos a serem abordados com os usuários; - A participação ainda frágil de usuários que recebem benefícios por não participarem das atividades do	- Aumento expressivo e significativo da participação de usuários no debate da política de assistência social; - A realização de pré-conferências com os grupos dos serviços socioassistenciais; - Maior conhecimento dos programas e projetos da assistência social e de como está estruturada a política de assistência social no município; - Melhor compreensão da política de assistência social e da oportunidade do exercício de participação para discussão/deliberação sobre as

	- O significado e para que servem as conferências; - Levantamento de propostas para a conferência municipal; - Eleição de delegados para a conferência municipal.	CRAS; - Ausência nos encontros preparatórios de representantes das políticas intersetoriais e da rede socioassistencial; - Falta de atividades para as crianças, enquanto os pais participam dos debates; - Dificuldades da equipe de realizar a mobilização em todo o território do CRAS, em razão de sua extensão territorial e número reduzido de profissionais; - Adotar metodologia de trabalho com crianças e adolescentes para que desenvolvam protagonismo no que se refere à vida comunitária, e se manifestem sobre a conferência; - Preparação prévia com adolescentes do ProJovem que participam da rede socioassistencial; - Manifestação dos usuários quanto às dificuldades de participação: distância do evento com falta de meio de transporte público; receio de falar em público; não ter com quem deixar filhos; compromissos de trabalho; falta de interesse sobre o assunto por desconhecimento; - Distância (com problemas de transporte) entre as comunidades rurais e a sede dos encontros; - As condições climáticas adversas (chuva e frio intensos); - Algumas pessoas, representantes de segmento específico da população, tratam apenas dos interesses e direitos de seu grupo de pertença, numa	políticas públicas; - Maior entendimento dos usuários sobre a assistência social como política de garantia de direitos; - Interesse dos usuários de participarem da conferência, inscrevendo-se para serem eleitos como delegados; - Eleição de delegados/usuários nos encontros preparatórios para a conferência; - Percepção da melhoria da participação dos usuários, nos territórios de atuação de CRAS; - Nos encontros preparatórios de mobilização percebe-se que várias pessoas já consolidaram a concepção da assistência social como política pública de garantia de direitos; - Elaboração de propostas para a conferência municipal, embasadas nas necessidades dos usuários e na avaliação local da estruturação dos serviços socioassistenciais no município; - Percepção do sentimento de protagonismo social, nos usuários, nas discussões e apresentação de propostas para a conferência municipal. - Momento de aprendizado e politização dos usuários; - Muitos usuários, principalmente os que participam de grupos socioeducativos e/ou profissionalizantes, estão cientes dos seus direitos e se manifestam pela melhoria das políticas públicas;
--	---	--	--

		manifestação corporativa que inviabiliza a discussão de assuntos de interesse do coletivo.	- Reconhecimento dos usuários de suas potencialidades.
- Encontros com entidades da rede socioassistencial.	- Apresentação do SUAS e da importância da participação da sociedade civil nos encontros preparatórios e na conferência; - Reordenamento das entidades ao SUAS e inscrição no Conselho; - Eixos temáticos da conferência.	- A complexidade dos conteúdos a serem abordados com as entidades; - Conseguir a participação das entidades de usuários; - Pouca visibilidade dos serviços prestados pelas entidades da rede socioassistencial; - Dificuldades em relação à participação de algumas entidades socioassistenciais; - Pouco conhecimento da política de assistência social por parte de muitas entidades, por falta de capacitação.	- Divulgação do SUAS, possibilitando que as entidades superem a visão assistencialista da assistência social; - Aumento da participação de entidades da rede socioassistencial e visibilização de suas atividades; - Estabelecimento de parceria com entidades na realização das pré-conferências e na divulgação da conferência; - Elaboração de propostas para a conferência municipal, embasadas nas necessidades das entidades da rede socioassistencial e na avaliação local sobre a articulação com os Centros de Referência de Assistência Social.
Encontros com trabalhadores do SUAS e gestores da política de assistência social	- Estratégias para a estruturação da gestão do trabalho no SUAS.	- Número limitado de profissionais para desenvolver as atividades de pré-conferências no órgão gestor (alguns também atuam em outra política pública por ausência de comando único da política no município); - Pouca participação de representantes das políticas intersetoriais; - Ausência de debates coletivos entre os trabalhadores do SUAS; - Pouca representação e participação de trabalhadores do SUAS de entidades prestadoras de serviços socioassistenciais; - Alguns trabalhadores ainda detêm poucos conhecimentos sobre a política	- Participação ativa de trabalhadores na organização da conferência; - Planejamento e mobilização da equipe de trabalhadores que organizaram as pré-conferências em parceria com os conselheiros de assistência social; - Mobilização de trabalhadores e gestores das políticas públicas intersetoriais e de entidades para entendimento da política de assistência social; - Realização de Seminário Regional de Trabalhadores do SUAS para aprofundamento da temática da “gestão do trabalho” e elaboração de propostas para as Conferências

		de assistência social.	Municipais; - Interesse de profissionais de outras políticas ou áreas de atuação em contribuir na organização da conferência e na discussão dos temas.
Encontro com Câmara de Vereadores.	- Política de Assistência Social/SUAS; - Eixos temáticos da Conferência; - Avaliação das propostas da conferência de 2009; - Funcionamento do CRAS e dos serviços socioassistenciais executados no município.	- Falta de conhecimento dos vereadores sobre a política de assistência social.	- Presença de todos os vereadores que participaram com a formulação de muitas perguntas sobre o SUAS; - Primeira reunião de apresentação da política de assistência social com os vereadores do município; - Participação da Frente Parlamentar Municipal de Assistência Social; - Realização de Pré-conferência municipal na Câmara de Vereadores; - Participação significativa do poder legislativo nas pré-conferências.
- Divulgação para participação nas pré-conferências e na conferência, através de meios de comunicação e de parcerias institucionais e distribuição de convites.	Eixos temáticos da conferência.	- A cultura política da não participação e de não superação da acomodação produzida pelo assistencialismo, além da visão da assistência social como prática clientelista e assistencialista, contribuem para a não participação de usuários, apesar da divulgação; - Dificuldades de divulgação de encontros e da conferência na área rural dada a sua extensão territorial.	- A utilização de rádio comunitária e o estabelecimento de parceria com igrejas, sindicatos, lideranças comunitárias, escolas, agentes de saúde, entidades, conselhos de direitos para divulgação e estimulação à participação nas pré-conferências e na conferência. - A maior divulgação dos serviços, programas, projetos e benefícios de assistência social para a população.

5.2. QUADRO B - CONFERÊNCIAS MUNICIPAIS DE SANTA CATARINA SÍNTESE DAS AVALIAÇÕES

PONTOS POSITIVOS	PONTOS NEGATIVOS
Participação da população das áreas urbana e rural.	Falta de participação de conselheiros municipais de assistência social.
Grupos de trabalho atuantes e propositivos, com demonstração de interesse e responsabilidade por parte dos participantes, os quais realizaram relevantes deliberações para a efetivação do SUAS, demonstrando clareza e entendimento sobre os assuntos debatidos.	Apesar de ampla mobilização e divulgação não houve a participação esperada dos usuários dos serviços socioassistenciais (principalmente do Programa Bolsa Família e BPC), de entidades e de trabalhadores.
Aumento expressivo da participação de usuários em relação a outras conferências, demonstrando resultados dos trabalhos desenvolvidos pelas atividades socioeducativas com famílias e indivíduos.	Dificuldade dos usuários de compreenderem o conteúdo dos eixos temáticos, inclusive a diferença entre delegados/participantes, exigindo trabalhos mais consistentes com este segmento em pré-conferências.
Espaço para exposição de trabalhos artesanais realizados por grupos socieducativos dos serviços socioassistenciais, dando visibilidade às ações da assistência social.	A não realização de encontros preparatórios de mobilização para a Conferência e pouca divulgação de sua realização, acarretando número menor de participantes da sociedade civil e debilidade dos debates.
A conferência possibilitou aos participantes a obtenção de informações relativas aos subtemas e sobre o funcionamento dos serviços socioassistenciais e do SUAS.	Ausência e/ou baixa representação do poder executivo (secretarias das políticas de interface e da administração municipal), do poder legislativo e judiciário, embora convidados.
Estimulou expectativa sobre a construção de CRAS e contratação de profissionais.	Ausência de entidades representativas dos trabalhadores do SUAS.
Espaço de oportunidade para as pessoas expressarem suas idéias e proporem ações para a política de assistência social.	O significado e importância das conferências como instância de participação paritária entre agentes governamentais e sociedade civil ainda não é bem compreendido.
Organização da conferência (credenciamento, palestras, exposição dos temas, trabalhos em grupo, brincadoteca instalada, intérprete de Libras, lanche e alimentação servidos, transporte gratuito para os usuários e participantes, apresentações culturais) condizente, possibilitando ampla produtividade do evento.	Dificuldade de acesso ao local da conferência; local inadequado em relação à acessibilidade; atraso do cerimonial de abertura; palestras que não subsidiaram a discussão dos eixos temáticos; tempo insuficiente para a abordagem dos palestrantes; não oferta de almoço a todos os participantes; nº excessivo de pessoas nos grupos; espaço pequeno do evento, considerando a quantidade de pessoas; tempo insuficiente para a realização da conferência.
O local e data escolhidos para a realização da conferência favoreceram a participação das pessoas.	Inexistência no município do segmento de trabalhadores não governamentais.
Realização das pré-conferências nos territórios foram determinantes para a mobilização e divulgação da conferência, resultando em maior número de participantes, sobretudo de usuários e entidades, e na qualificação dos debates.	Condições climáticas (chuva e frio intensos) impediram a participação de muitas pessoas, inclusive de delegados de pré-conferências, principalmente da área rural, que teve estradas bloqueadas.

Palestras em linguagem acessível e pertinentes aos temas, promovendo o alto nível dos debates e apresentações, e aprofundando o conhecimento sobre o SUAS.	Dificuldades para estimular o debate dos temas, em virtude do ainda incipiente conhecimento da política de assistência social e falta de preparo dos participantes.
Participação na conferência de representação de outras políticas públicas do município e de setores da administração pública, que normalmente ficavam à margem das discussões (finanças).	Comprometimento da discussão dos eixos temáticos, dada a sua complexidade, em virtude do curto espaço de tempo para os trabalhos de grupo, dificultando a atuação dos facilitadores.
Aumento de participantes na conferência com participação ativa e efetiva de usuários, trabalhadores e entidades.	Falta de entendimento parcial e às vezes total da política de assistência social e do conteúdo dos eixos temáticos pelos representantes das entidades não governamentais.
Apesar das condições climáticas (chuva e frio intensos), a conferência contou com um bom número de participantes.	Ausência e/ou não permanência das autoridades (gestores, prefeito, vice-prefeito, vereadores) na conferência, fragilizando o poder político das propostas para a política de assistência social.
Permanência dos participantes até o final da conferência, demonstrando maior interesse em avaliar e participar das decisões da área da assistência social.	Restrição quanto ao número de propostas a serem encaminhadas para o Relatório Final e falta de flexibilidade quanto à alteração de decisões da comissão organizadora.
Percebe-se que a população tem conhecimento do SUAS, mesmo que seja em termos de senso comum, e que tem mais consciência da importância da participação política para avaliar, propor e controlar as políticas públicas.	A não realização de avaliação das propostas das últimas conferências para averiguação do que se efetivou, caracterizando avanço e das propostas que ainda não foram efetivadas e seus motivos (Balanço crítico com foco nas deliberações).
Presença do poder legislativo, com a participação da Frente Parlamentar em Defesa da Assistência Social nas pré-conferências e na conferência.	Dificuldade dos facilitadores dos grupos de trabalho de fomentarem a discussão/debate dos eixos temáticos, aprofundando o conteúdo abordado (falta de domínio do assunto).
Proposição de criação de Associação dos Trabalhadores de Assistência Social.	Ocorrência de conflitos político-partidários no decorrer da conferência, inclusive com panfletagem.
Envolvimento dos trabalhadores do SUAS, na organização e coordenação dos grupos de trabalho, oportunizando que expusessem as suas demandas.	Falta de organização de espaço recreativo assistido para crianças, dando suporte à participação das pessoas na conferência.
Permanência dos conferencistas durante toda a conferência, contribuindo com as discussões e proposições dos trabalhos de grupo.	Carência de recursos financeiros para a realização das mobilizações (pré-conferências) e da conferência, bem como de recursos humanos para organizá-la.
Integração da rede de serviços públicos da gestão municipal, com participação de secretarias de educação e saúde na organização da conferência	
Apoio do poder público municipal para a realização da conferência.	
Envolvimento dos conselheiros municipais de assistência social com a organização e discussão dos eixos temáticos.	
Presença de conselheiros de Conselhos de Direitos (Idoso, Criança e Adolescente, etc)	
Palestras e trabalhos de grupo dinâmicos que promoveram a inserção dos usuários e das entidades da rede socioassistencial.	

6. QUADRO C - SÍNTESE DA AVALIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DE SANTA CATARINA SOBRE A IMPLANTAÇÃO DO SUAS (BALANÇO CRÍTICO)

6.1. SUBTEMA 1: ESTRATÉGIAS PARA A ESTRUTURAÇÃO DA GESTÃO DO TRABALHO NO SUAS.

ESFERA POLÍTICO ADMINISTRATIVA	ESTRATÉGIAS PARA A ESTRUTURAÇÃO DA GESTÃO DO TRABALHO NO SUAS.	
	Resultados Alcançados (Avanços)	Resultados Esperados (Desafios)
MUNICÍPIO	- Estruturação parcial e/ou total das equipes de referência dos serviços, programas e projetos socioassistenciais; - Estruturação e ampliação das equipes técnicas do órgão gestor municipal; - Maior conscientização de prefeitos e gestores sobre a importância do SUAS e de seu quadro de recursos humanos; - Realização de capacitações para os trabalhadores do SUAS, para aqueles que atuam em políticas públicas intersetoriais e conselheiros, através de fóruns, seminários e encontros; - Realização de concurso público para efetivação dos trabalhadores do SUAS, estando em andamento a reformulação ou discussão de Plano de Cargos e Salários; - Participação de representação do município no COEGEMAS e CIB/SC; - Reuniões bimestrais do Colegiado de Gestores e trabalhadores do SUAS na Região da AMPLANORTE;	- Estruturação total das equipes de referência dos serviços, programas e projetos socioassistenciais e das equipes técnicas do órgão gestor de acordo com NOB-RH/SUAS; - Implantação de concurso público para efetivação dos trabalhadores do SUAS e de Plano de Carreira, Cargos e Salários (PCCS); - Elaboração e execução de Plano Municipal de Capacitação para trabalhadores, conselheiros e rede prestadora de serviços socioassistenciais; - Implantação de “Mesa de Negociação” com gestor e esferas da administração pública, para discussão de Plano de Carreira, Cargos e Salários; - Constituição de Secretaria Municipal de Assistência Social com desmembramento de outra política pública, onde atua como departamento; - Ampliação da equipe técnica do órgão gestor com reordenamento institucional da gestão para adequação ao SUAS; - Formação de grupo permanente de estudos/reflexão dos trabalhadores do SUAS; - Formação de grupo intersetorial permanente entre

	- Implantação da Secretaria Municipal de Assistência Social (desmembramento de Secretaria Municipal de outra política pública), com efetivação de quadro de recursos humanos próprio; - Nomeação de gestor exclusivo para a assistência social; - Admissão de secretária na Secretaria Executiva do Conselho de Assistência Social; - Implantação de 30 horas/semanais de carga horária de trabalho para os assistentes sociais, conforme Lei nº 12.317 de 26/08/2010; - Divulgação da política de assistência social para gestores e trabalhadores da rede prestadora de serviços socioassistenciais não governamental e de outras políticas públicas; - Avanço de gestão da política de assistência social no município, passando da gestão inicial para a gestão básica ou plena; - Conquista em alguns municípios de percentual da arrecadação do município (e de aumento deste percentual) para a política de assistência social; - Maior comprometimento dos trabalhadores com a política de assistência social; - Maior número de filiações dos trabalhadores do SUAS às suas instâncias de representação profissional, bem como a associações/sindicatos de servidores públicos; - Contratação de técnicos nas entidades privadas que compõem a rede socioassistencial.	trabalhadores do SUAS e trabalhadores das políticas públicas com as quais a assistência social mantém interface; - Definição de percentual da arrecadação do município para o Fundo Municipal de Assistência Social; - Estruturação de setor específico de gerenciamento do Fundo Municipal de Assistência Social com quadro de recursos humanos necessários; - Implantação de 30 horas/semanais de carga horária de trabalho para os assistentes sociais, conforme Lei nº 12.317 de 26/08/2010; - Articulação dos trabalhadores da rede prestadora de serviços socioassistenciais com os trabalhadores governamentais do SUAS, e entre dirigentes (gestores) governamentais e não governamentais; - Estabelecimento de estratégias para aumento do comprometimento do poder executivo e legislativo com a gestão do trabalho no SUAS; - Adequação das legislações municipais ao SUAS.
--	--	--

ESFERA POLÍTICO ADMINISTRATIVA	ESTRATÉGIAS PARA A ESTRUTURAÇÃO DA GESTÃO DO TRABALHO NO SUAS.	
ESTADO	Resultados Alcançados (Avanços)	Resultados Esperados (Desafios)
	- Realização de Seminários Estaduais para Gestores e Trabalhadores do SUAS; - Realização de concurso público para ampliação e adequação das equipes técnicas da Diretoria de Assistência Social (DIAS) da Secretaria de Estado de Assistência Social, Trabalho e Habitação, embora com parcial contratação dos concursados; - Reordenamento da estrutura de gerências da Diretoria de Assistência Social, adequando-as à política de assistência social/SUAS, exigindo contratação de equipes multidisciplinares para o seu adequado funcionamento; - O órgão gestor estadual tem contribuído para a divulgação e maior conhecimento e reconhecimento da política de assistência social, no estado; - Parte das metas do Pacto de Aprimoramento de Gestão Estadual, pactuado na CIB/SC e aprovado pelo CEAS/SC está sendo cumprida; - Maior interação do Estado com os municípios nesta gestão governamental, propiciando a diminuição das distâncias, através de participação mais frequente nas atividades desenvolvidas nos municípios; - Instituição do Fórum Catarinense dos Trabalhadores do SUAS.	- Capacitação permanente e continuada aos gestores, trabalhadores, conselheiros e rede prestadora de serviços socioassistenciais, com elaboração de Plano Estadual de Capacitação pactuado pela CIB/SC e aprovado pelo CEAS/SC; - Contratação da totalidade de concursados para compor adequadamente as equipes técnicas necessárias à atuação do órgão gestor estadual; - Cofinanciamento aos municípios para realizarem capacitações aos trabalhadores, conselheiros e rede prestadora de serviços socioassistenciais; - Estabelecimento de Plano Estadual de Implementação do SUAS para fiscalização e acompanhamento da adesão dos municípios ao SUAS, através de periódicas ações de monitoramento e avaliação, sobretudo quanto à adequação das equipes de referência dos serviços socioassistenciais; - Cofinanciamento complementar para o pagamento de trabalhadores do SUAS, inclusive dos concursados; - Implantação de Plano de Carreira, Cargos e Salários do quadro de recursos humanos do órgão gestor estadual; - Definição de percentual da arrecadação do Estado para o Fundo Estadual de Assistência Social; - Aumento da dotação orçamentária e execução financeira do Fundo Estadual de Assistência Social, compatível com as atribuições do Estado em relação ao SUAS e demandas dos municípios;

		- Estruturação de setor específico de gerenciamento do Fundo Estadual de Assistência Social (FEAS/SC), com quadro de recursos humanos necessários; - Ampliação e adequação da equipe técnica do Conselho Estadual de Assistência Social (CEAS/SC); - Criação de Secretaria Estadual de Assistência Social (Comando Único), desmembrando-a das políticas do trabalho e habitação; - Ampliação de técnicos e adequação ao SUAS das gerências das Secretarias de Desenvolvimento Regional (SDR's); - Incentivar a constituição de política de estágio curricular obrigatório no SUAS, com supervisão, em parceria com as instituições de ensino superior, para as áreas de atuação dos trabalhadores do SUAS, conforme definidos pela Resolução nº 17 de 20/06/2011.; - Cumprimento total do Pacto de Aprimoramento de Gestão Estadual, pactuado na CIB/SC e aprovado pelo CEAS/SC; - Estabelecimento de estratégias para aumento do comprometimento do poder executivo e legislativo com a gestão do trabalho no SUAS, nos municípios; - Definição das atribuições da Diretoria de Assistência Social (DIAS) da Secretaria Estadual de Assistência Social, Trabalho e Habitação; - Criação de Fóruns Regionais dos Trabalhadores do SUAS.
--	--	---

ESFERA POLÍTICO ADMINISTRATIVA	ESTRATÉGIAS PARA A ESTRUTURAÇÃO DA GESTÃO DO TRABALHO NO SUAS.	
UNIÃO	Resultados Alcançados (Avanços)	Resultados Esperados (Desafios)
	- Aprovação da Lei 12.435/2011 que altera a LOAS (Lei do SUAS); - Promoção do Encontro Nacional de Trabalhadores do SUAS; - Definição dos trabalhadores do SUAS, contribuindo para a inserção de novos profissionais na área da assistência social; - Elaboração e aprovação da NOB-RH/SUAS; - Realização de capacitações presenciais e à distância para trabalhadores do SUAS, relativas a serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais tipificados; - O aperfeiçoamento da Rede SUAS que permite visualização da política de assistência social sob vários aspectos, inclusive da gestão do trabalho (CadSUAS); - Realização de concurso público para efetivação do quadro de recursos humanos do MDS; - Estruturação da Secretaria Executiva do Conselho Nacional de Assistência Social com equipe técnica adequada; - Estruturação do setor de gerenciamento do Fundo Nacional de Assistência Social com equipe técnica adequada; - Apoio das equipes técnicas do MDS nos esclarecimentos sobre o SUAS e/ou resolução de	- Capacitação dos trabalhadores do SUAS, através da elaboração e execução de Plano Nacional de Capacitação; - Elaboração de Plano de Fiscalização de Responsabilidades e Atribuições de Gestão que possibilite maior cobrança dos municípios quanto à adequação da Gestão do Trabalho, conforme prevista na NOB-RH/SUAS; - Adoção de penalidade para os municípios que não cumprem com as exigências mínimas referendadas na NOB-RH/SUAS; - Re(definir) estratégias para efetivação do disposto na NOB-RH/SUAS; - Normatização da transferência de recursos para cofinanciamento do pagamento de salário de trabalhadores do SUAS, inclusive dos concursados; - Efetivação de pisos nacionais básicos para os trabalhadores do SUAS, por nível de escolaridade, visando a elaboração de Planos de Carreira, Cargos e Salários com quadro de salários equiparados; - Maior cobrança em relação à atuação da esfera estadual, no tocante às responsabilidades e atribuições que deve assumir em relação ao SUAS, no desempenho de seu importante papel de fomento da implementação do SUAS nos municípios; - Definição de percentual da arrecadação da União para o Fundo Nacional de Assistência Social; - Incentivar a constituição de política de estágio curricular obrigatório no SUAS, com supervisão, em parceria com as instituições de ensino superior, para as áreas de atuação dos trabalhadores do SUAS, conforme definidos pela Resolução nº

	problemas enfrentados pelos municípios; - Distribuição de publicações e periódicos que auxiliam gestores e trabalhadores no desempenho de suas atribuições de gestão e execução de serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais; - Alcance das metas e estratégias do Plano Decenal – SUAS/Plano 10; - Elaboração de diagnóstico sobre os trabalhadores do SUAS.	17 de 20/06/2011.; - Maior divulgação da política de assistência social e de seus trabalhadores; - Promoção de encontro nacional de trabalhadores e dirigentes que atuam na rede prestadora de serviços socioassistenciais não governamentais; - Reordenamento nacional, na grade curricular dos cursos de formação superior dos trabalhadores do SUAS, especialmente no de psicologia, com inclusão de disciplina sobre a política nacional de assistência social; - Oferecimento de cursos de aperfeiçoamento profissional gratuitos, no âmbito de Pós-Graduação e Mestrado, para os trabalhadores do SUAS; - Cofinanciamento aos municípios para desenvolvimento de capacitação aos trabalhadores do SUAS.
--	--	--

6.2. SUBTEMA 2: REORDENAMENTO E QUALIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS SOCIOASSISTENCIAIS

ESFERA POLÍTICO ADMINISTRATIVA	REORDENAMENTO E QUALIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS SOCIOASSISTENCIAIS	
MUNICÍPIO	Resultados Alcançados (Avanços)	Resultados Esperados (Desafios)
	- Instituição de Sistema Informatizado para computação de dados dos atendimentos da rede socioassistencial; - Implantação e construção de CRAS e CREAS, possibilitando a oferta de serviços continuados; - Reordenamento dos benefícios eventuais; - Adequação dos serviços socioassistenciais à tipificação nacional; - Reordenamento parcial dos serviços no órgão gestor municipal; - Realização de cursos de qualificação profissional e de atividades de inclusão produtiva para as famílias atendidas no CRAS; - Ampliação de serviços de convivência e fortalecimento de vínculos na esfera governamental e através de entidades prestadoras de serviço; - Implantação de serviços de média e alta complexidade; - Identificação do perfil das entidades de assistência social; - Implantação de Secretaria Municipal de Assistência Social, legitimando o comando único da assistência social no município, com dotação orçamentária própria (desmembramento de outra política pública onde funcionava como departamento); - Implantação de Casa Lar através de consórcio	- Operacionalização dos serviços socioassistenciais previstos no CRAS e CREAS conforme a tipificação nacional; - Adoção de percentual da arrecadação do município (receita vinculada) para aplicação na política de assistência social; - Efetivação do trabalho em rede, com maior articulação entre as políticas públicas que mantêm interface com a assistência social e as entidades da rede prestadora de serviços, nos territórios de vulnerabilidade social; - Implantação de sistema informatizado e integrado da gestão das políticas sociais do município; - Estruturação de novos CRAS; - Reordenamento dos benefícios eventuais com transferência de benefícios (leite, fraldas, medicamentos, óculos, etc) para a política de saúde; - Implantação de espaços físicos de acordo com as orientações técnicas, e dotados de equipamentos adequados, para efetivação dos serviços, programas e projetos socioassistenciais; - Divulgação dos serviços, programas, projetos e benefícios da política de assistência social; - Assessorar as entidades prestadoras de serviço para reordenamento à tipificação dos serviços socioassistenciais; - Realização de articulação intermunicipal para implantação de CREAS regional ou microrregional; - Garantir que os recursos da Função 8 (Assistência Social) do orçamento municipal sejam todos alocados no Fundo Municipal

	intermunicipal; - Atuação no reordenamento dos serviços socioassistenciais de entidades prestadoras de serviço; - Reordenamento institucional do órgão gestor com mudança de nomenclatura da Secretaria e estruturação por proteção social; - Alteração da habilitação de gestão inicial para gestão básica ou plena; - Registro dos trabalhos, propiciando melhor visualização das atividades desenvolvidas, com a implantação de CRAS e CREAS; - Adequação da legislação da área de assistência social com base nas normatizações da política de assistência social; - Redução da demanda reprimida através dos serviços oferecidos pelo SUAS; - Reconhecimento do poder executivo e legislativo da implantação do SUAS no município; - Centralidade dos serviços socioassistenciais na família; - Fortalecimento da co-responsabilidade entre ações governamentais e não governamentais na assistência social; - Conquista de percentual da arrecadação do município (ou aumento deste percentual) para composição do orçamento do Fundo Municipal de Assistência Social.	de Assistência Social; - Criação de Secretaria Municipal de Assistência Social (Comando Único) com desmembramento de Secretaria de outra política pública; - Reconhecimento do poder executivo e legislativo da política de assistência social; - Inscrição e reordenamento das entidades de assistência social de acordo com a sua regulamentação e a tipificação de serviços socioassistenciais, para organização da rede socioassistencial do município; - Fortalecer o monitoramento e avaliação da rede socioassistencial, elaborando um “Plano de Reordenamento” de serviços, programas, projetos e benefícios; - Articulação com outras políticas setoriais e organizações da sociedade civil para implementação de atividades de inclusão produtiva e geração de emprego e renda; - Implantação do Projeto ProJovem Adolescente.
--	--	--

	REORDENAMENTO E QUALIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS SOCIOASSISTENCIAIS	
ESTADO	Resultados Alcançados (Avanços)	Resultados Esperados (Desafios)
	- Cofinanciamento de serviços de proteção social especial de média e alta complexidade; - Cofinanciamento para a construção de 40 CRAS; - Apoio dos técnicos do órgão gestor estadual quanto a esclarecimentos sobre serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais e/ou resolução de problemas enfrentados pelos municípios na implementação do SUAS; - Clareza da Diretoria de Assistência Social (DIAS) quanto à necessidade de cofinanciamento do estado para que os municípios implementem o SUAS, obstaculizada pelo baixo orçamento do Fundo Estadual de Assistência Social; - Realização de visitas técnicas de monitoramento e avaliação nas Unidades de Referência de Assistência Social (CRAS e CREAS); - Processo em ato de maior aproximação e vínculo dos municípios com o órgão gestor estadual; - Transferência de recursos de cofinanciamento estadual de fundo-a-fundo para ações continuadas (Decreto 2.677/2009); - Realização de capacitações para qualificação das ações da assistência social sobre tipificação de serviços, Programa Bolsa Família e serviços de média e alta complexidade; - Aumento da parceria do Estado com os municípios para a efetivação do SUAS; - Definição das atribuições e competências da Diretoria de Assistência Social (DIAS) através da	- Cofinanciamento para execução dos serviços de convivência e fortalecimento de vínculos (proteção social básica); - Expansão do cofinanciamento da proteção social especial para suprir toda a demanda (programas de família acolhedora e de acolhimento institucional); - Cofinanciamento dos benefícios eventuais (auxílio natalidade e funeral); - Cofinanciamento para construção do espaço físico de CRAS e CREAS e Centros de Convivência, Múltiplo Uso, Abrigamento Institucional, Casa de Passagem, Centro de Atividades Socioeducativas, Centro de Apoio a Mulheres Vítimas de Violência, etc; - Cofinanciamento para a aquisição de veículos, equipamentos e mobiliário (materiais permanentes); - Cofinanciamento de atividades de inclusão produtiva e qualificação profissional; - Cofinanciamento do Serviço de Proteção em Situação de Calamidade Pública e de Emergência; - Cofinanciamento para implantação de coletivos do Projeto ProJovem; - Cofinanciamento de PAIF/Estadual para CRAS implantado em municípios, e que não recebem cofinanciamento da esfera federal; - Adoção de percentual da arrecadação do Estado (receita vinculada) para aplicação na política de assistência social; - Aumento da dotação orçamentária e execução financeira do Fundo Estadual de Assistência Social, compatível com as atribuições do Estado em relação ao SUAS, e demandas dos

	elaboração de Pacto de Aprimoramento de Gestão; - Maior participação técnica do Estado na implementação do SUAS, embora ainda seja sentida a sua ausência em termos de cofinanciamento e presença mais constante nos municípios; - Presença do Estado nos municípios, quase que diariamente, através de informações por e-mail e pelo Site da Secretaria/SST; - Amplo esforço da SST, através da DIAS, para consolidar o SUAS em Santa Catarina.	municípios; - Realização de assessoria continuada aos municípios sobre o funcionamento dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais de acordo com a tipificação nacional; - Reordenamento das gerências de assistência social das Secretarias de Desenvolvimento Regional (SDR's) para que se constituam em elo mais próximo de comunicação entre o órgão gestor estadual e os municípios; - Coordenação da implantação de CREAS Regionalizado, nas Comarcas, com cofinanciamento estadual dos serviços e estabelecimento de consórcio entre municípios; - Regionalização de serviços de alta complexidade, com cofinanciamento estadual dos serviços e estabelecimento de consórcio entre municípios; - Maior autonomia dos municípios na aplicação dos recursos de cofinanciamentos transferidos pelo Estado; - Efetuar articulação das políticas públicas que mantêm interface com a assistência social, no âmbito estadual, negociando com a Secretaria Estadual de Saúde a implantação e/ou implementação dos serviços de tratamento da dependência química e de pessoas com transtornos mentais; - Implantação de Sistema de Informação "on line" das transferências de recursos do Fundo Estadual aos Fundos Municipais de Assistência Social (a exemplo do repasse efetuado pelo FNAS), bem como de Sistema Informatizado de Monitoramento e Avaliação das ações socioassistenciais no Estado; - Efetivação de maiores esclarecimentos sobre entidades de assistência social, organização e funcionamento do PETI e do Projeto ProJovem Adolescente, e serviços de média e alta complexidade; - Fiscalização continuada da implantação e/ou reordenamento dos serviços socioassistenciais, nos municípios, para que sejam compatíveis à tipificação ;
--	---	---

		- Elaboração de indicadores sociais de âmbito estadual.
ESFERA POLÍTICO ADMINISTRATIVA	REORDENAMENTO E QUALIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS SOCIOASSISTENCIAIS	
UNIÃO	Resultados Alcançados (Avanços)	Resultados Esperados (Desafios)
	-Cofinanciamento da gestão e dos serviços de proteção social básica e especial; - Elaboração de Cadernos Pedagógicos sobre o funcionamento de serviços, programas e projetos; - Produção de material de divulgação e informação sobre a execução da política de assistência social/SUAS; - Aprovação da Tipificação dos serviços socioassistenciais; - Regulamentação dos benefícios eventuais; - Elaboração do Protocolo Integrado de Gestão de Serviços, Benefícios e Transferência de Renda; - Ampliação dos dados do cadastro do Programa Bolsa Família (CadÚnico); - Implantação do Censo CRAS e CREAS, e execução de monitoramento através do Sistema SUAS/Web; - Informações continuadas, obtidas via “on line” (site do MDS), teleconferências, e através dos aplicativos da Rede SUAS; - Regulamentação das entidades de assistência social; - Instituição do Projeto ProJovem Adolescente; - Aumento do valor do benefício do Programa Bolsa Família, ampliação do número de famílias beneficiadas e adoção de critérios para	- Cofinanciamento para construção do espaço físico de CRAS e CREAS e Centros de Convivência, Múltiplo Uso, Abrigamento Institucional, Centro de Atividades Socioeducativas, Centro de Atendimento a Mulheres em situação de risco, Casas de Passagem, etc; - Cofinanciamento para a aquisição de veículos, equipamentos e mobiliário (materiais permanentes); - Cofinanciamento de atividades de inclusão produtiva e qualificação profissional; - Cofinanciamento do Serviço de Proteção em Situação de Calamidade Pública e de Emergência; - Cofinanciamento específico para subsidiar entidades prestadoras de serviços da rede socioassistencial; - Aumento dos recursos de cofinanciamento e do IGD; - Expansão de cofinanciamento de CRAS/PAIF; - Expansão de cofinanciamento de CREAS, incluso o de CREAS Regional; - Maior fiscalização do reordenamento da gestão e dos serviços socioassistenciais (equipes de referência e espaços físicos de atuação); - Criação de programa nacional de transferência de renda para cuidadores de idosos e de pessoas com deficiência com reconhecimento de vínculo previdenciário; - Disponibilização para os municípios de um programa informatizado de gestão (Relatório de Gestão), articulado com o CadÚnico e com a rede socioassistencial governamental e não governamental;

	permanência no programa; - Melhoria do Sistema Operacional e de Informação do Programa Bolsa Família; - Transferência da educação infantil para a política de educação; - Aprovação da Lei do SUAS (Lei nº 12.435/2011) que efetua alterações na LOAS; - Cofinanciamento através de pisos de proteção social e adoção na transferência de recursos do critério de “demanda” ao invés de “meta”; - Incentivo para implantação de CRAS/PAIF em todo o território nacional.	- Ampliação e aumento do cofinanciamento para os serviços de convivência e fortalecimento de vínculos da proteção social básica, e de média e alta complexidade da proteção social especial; - Expansão do cofinanciamento da proteção social especial (Programa de família acolhedora e de acolhimento institucional); - Maior autonomia dos municípios na aplicação dos recursos de cofinanciamentos transferidos pela União; - Adoção de percentual da arrecadação da União (receita vinculada) para aplicação na política de assistência social; - Revisão dos critérios de concessão do BPC: diminuição da idade e aumento do valor percapita; - Redução da idade para participação no PETI e no ProJovem, e ampliação do ProJovem abrangendo a qualificação profissional; - Efetuar articulação das políticas públicas que mantêm interface com a assistência social, no âmbito nacional, negociando com o Ministério da Saúde a implantação e/ou implementação dos serviços de tratamento da dependência química e de pessoas com transtornos mentais; - Estabelecimento de estratégias que possibilitem o cumprimento pelo Estado e pelos Municípios do que está determinado em lei, inclusa a implantação de Secretaria própria de assistência social (Comando Único); - Fiscalização continuada da implantação e/ou reordenamento dos serviços socioassistenciais, nos municípios, para que sejam compatíveis à tipificação ; - Controle da inclusão e desligamento no SISPETI; - Elaboração de Resolução que defina carga horária mínima de funcionamento do CRAS; - Criação de agentes sociais comunitários.
--	---	---

6.3. SUBTEMA 3: FORTALECIMENTO DA PARTICIPAÇÃO E DO CONTROLE SOCIAL

ESFERA POLÍTICO ADMINISTRATIVA	FORTALECIMENTO DA PARTICIPAÇÃO E DO CONTROLE SOCIAL	
MUNICÍPIO	Resultados Alcançados (Avanços)	Resultados Esperados (Desafios)
	- Conselho Municipal de Assistência Social mais atuante e participativo, e com maior domínio dos conselheiros sobre a política de assistência social; - Reordenamento do Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) através de revisão da lei de criação e do regimento interno, bem como da lei de criação do Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS) para adequação ao SUAS; - Realização de reuniões regulares do CMAS, com participação comprometida dos conselheiros e presença de líderes comunitários, agentes de saúde, usuários e pessoas interessadas das comunidades; - Implantação de secretaria executiva exclusiva e permanente para o CMAS, ou para conjunto de conselhos; - Contratação de funcionário no órgão gestor para efetuar a articulação entre os Conselhos a ele vinculados (CMAS e demais conselhos de defesa de direitos); - Realização de capacitação continuada e/ou formação de grupo de estudos de conselheiros no município; - Divulgação das reuniões e deliberações (Resoluções) do CMAS para a população; - Reestruturação da composição do CMAS com inclusão paritária de representação de usuários e trabalhadores do SUAS;	- Criação de secretaria executiva exclusiva e permanente para o Conselho de Assistência Social, ou para conjunto de conselhos; - Capacitação continuada e permanente para os conselheiros de assistência social para efetivação do controle social (orçamento, fiscalização, inscrição de entidades); - Baixa representação da sociedade civil e/ou de representantes do poder executivo no Conselho de Assistência Social e demais Conselhos de Direitos; - Criação de fórum municipal de controle social; - Estabelecimento de remuneração para os conselheiros setoriais e de direitos; - Divulgação das reuniões, das funções do conselho e das atribuições dos conselheiros e descentralização das reuniões do CMAS; - Participação de conselheiros nas reuniões da CIB/SC e do CEAS/SC; - Efetivação do Fórum Municipal Permanente de Assistência Social e de Fórum Municipal de Trabalhadores do SUAS; - Implantação de Ouvidoria da Assistência Social; - Estabelecimento de ação orçamentária para as atividades do CMAS na unidade orçamentária Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS); - Estruturação de ambiente físico e de trabalho adequados para o desenvolvimento das atividades do CMAS; - Elaboração e implementação de Plano de Ação e/ou de

- Processo de descentralização de realização das reuniões do CMAS; - Criação da Comissão do Fórum Municipal Permanente de Assistência Social; - Aumento do número de participantes nas pré-conferências e nas conferências municipais de assistência social, com participação do poder executivo e legislativo, e com expressiva e significativa presença de usuários; - Aumento do número de usuários da assistência social em espaços de participação e controle social; - Identificação e efetivação de inscrição das entidades de assistência social pelo CMAS, organizando a rede socioassistencial do município; - Criação da Frente Parlamentar em Defesa da Assistência Social na Câmara Municipal; - Participação dos conselheiros do CMAS na organização e realização das pré-conferências e conferências municipais; - Apoio financeiro para a participação de conselheiros em seminários, fóruns, grupos de estudo, reuniões, audiência públicas, etc, dentro e fora do território municipal; - Maior participação dos usuários no planejamento e avaliação dos serviços socioassistenciais; - Maior conscientização da importância de participação da população, dos conselheiros de assistência social, e demais conselheiros de direitos no controle social das políticas públicas; - Planejamento das reuniões do CMAS, garantindo participação mais efetiva dos conselheiros; - Instituição de Fórum Social das Comunidades que tem apresentado bons resultados na discussão das	Trabalho do Conselho; - Realização de acompanhamento pelo CMAS das deliberações da Conferência Municipal de Assistência Social para o seu efetivo cumprimento; - Reformulação da lei de criação do CMAS e do Regimento Interno; - Estimular a presença de conselheiros municipais nas teleconferências promovidas pelo CMAS; - Criação de espaços de discussão das políticas públicas (fóruns, grupos, seminários) nos territórios de CRAS com a participação dos usuários, fortalecendo a consciência coletiva da participação cidadã e a representatividade dos usuários no CMAS; - Ampliar e fortalecer a participação da sociedade civil nas decisões do CMAS, fortalecendo e/ou implantando o Fórum de Entidades Não-Governamentais da Assistência Social; - Liberação de um (01) profissional de cada serviço socioassistencial, uma vez ao mês, para acompanhar a reunião do CMAS; - Articulação entre conselhos setoriais (Assistência Social, Saúde, Educação, Cultura, Esporte, Habitação, etc) e conselhos de defesa de direitos (Conselho do Idoso, Conselho dos Direitos da Mulher, Conselho das Pessoas com Deficiência, Conselho da Criança e do Adolescente, Conselho da Segurança Alimentar, etc), para efetivação de ações conjuntas de priorização de serviços, programas, projetos e benefícios que atuem nas demandas dos usuários; fortalecimento e defesa de direitos de segmentos específicos, e estabelecimento de formas conjuntas de controle social; - Realização de eventos preparatórios para fortalecimento da mobilização social para a conferência, e realização sistemática de eventos pós-conferência para avaliações e proposições em relação às deliberações nela efetuadas, mantendo a mobilização entre uma e outra conferência;
--	---

	políticas públicas; - Disseminação dos direitos socioassistenciais pelos CMAS's; - Criação de instância de controle social para o Programa Bolsa Família; - Criação do Colegiado de Gestores e Trabalhadores do SUAS da Grande Florianópolis; - Organização das comissões de trabalho do Conselho, permitindo atuação mais eficaz dos conselheiros de assistência social; - Adoção de equipe técnica própria de assessoria permanente ao CMAS; - Melhoria no espaço físico de atuação do CMAS e na aquisição de equipamentos para o seu funcionamento; - Maior interesse dos conselheiros em participar das capacitações oferecidas; - Definição e constituição das comissões permanentes de trabalho do CMAS.	- Criação de Ouvidoria da Assistência Social; - Adoção de estratégias para maior participação dos usuários no planejamento e avaliação dos serviços socioassistenciais; - Apoio financeiro para a participação de conselheiros em seminários, fóruns, grupos de estudo, reuniões, audiências públicas, etc, dentro e fora do território municipal; - Apoio logístico (transporte, alimentação) para a participação de membros das comunidades nas reuniões do CMAS; - Efetivação de conselhos que desenvolvam ações planejadas, mobilizações da sociedade civil e defesa de direitos de cidadania; - Organização das comissões de trabalho do Conselho para atuação mais eficaz de suas ações e deliberações; - Maior autonomia do CMAS em relação a definições sobre o orçamento do FMAS e sobre a aplicação financeira dos recursos; - Estabelecimento no planejamento do CMAS da realização de reuniões com os usuários (nos territórios dos CRAS e no CREAS) para avaliação sistemática dos serviços socioassistenciais ofertados tanto na rede socioassistencial pública como na privada e acatamento de proposições e/ou sugestões; - Melhoria do fluxo de informações entre Conselhos, entre o órgão gestor e os conselhos, e dos conselhos e órgão gestor com a rede socioassistencial prestadora de serviços (pública e privada).
--	--	--

ESFERA POLÍTICO ADMINISTRATIVA	FORTALECIMENTO DA PARTICIPAÇÃO E DO CONTROLE SOCIAL	
ESTADO	Resultados Alcançados (Avanços)	Resultados Esperados (Desafios)
	- Capacitação de conselheiros municipais sobre inscrição de entidades de assistência social; - Instituição do Fórum Estadual Permanente de Assistência Social e do Fórum Estadual de Trabalhadores do SUAS; - Convite do CEAS/SC aos conselhos municipais para participação nas reuniões e eventos do Conselho Estadual; - Realização de Seminários Estaduais sobre a política de assistência social/SUAS; - Realização de capacitação para as Instâncias de Controle Social do Programa Bolsa Família; - Presença mais significativa do CEAS/SC junto aos CMAS's, propiciada por processo de maior intercomunicação, esclarecimento de dúvidas e orientações; - Maior proximidade do CEAS/SC com os CMAS's, enfocando a inscrição de entidades de assistência social e o processo sistemático de avaliação dos serviços socioassistenciais que estas entidades prestam, e fomentando a implantação e/ou implementação de Fóruns de Entidades Não Governamentais; - Fortalecimento do CEAS/SC através da articulação com os CMAS's na atual gestão e diretoria do Conselho Estadual, proporcionando maior visibilidade de sua identidade como instância estadual de controle social; - Boa atuação do CEAS/SC nas orientações para a realização das conferências municipais e na	- Presença mais atuante do CEAS/SC, na assessoria técnica aos Conselhos Municipais de Assistência Social, especialmente pra a reestruturação dos conselhos e efetivação da inscrição de entidades socioassistenciais; - Realização de capacitação continuada e permanente para os conselheiros municipais de assistência social e secretários executivos de forma regionalizada; - Capacitação específica aos conselheiros, em relação ao orçamento, à execução financeira e à aplicação dos recursos da assistência social do Fundo de Assistência Social; - Realização de reuniões descentralizadas do CEAS/SC, nas regiões do estado, para maior aproximação com os municípios; - Acompanhamento pelo CEAS/SC das deliberações da Conferência Estadual de Assistência Social para o seu cumprimento; - Implementar capacitação para “agentes mobilizadores sociais”, nos territórios de CRAS; - Elaboração de Plano de Acompanhamento e Capacitação dos conselheiros dos CMAS's; - Cofinanciamento para estruturação dos Conselhos Municipais de Assistência Social sob os aspectos de equipamentos, espaço físico adequado e pagamento de equipe técnica própria de assessoria permanente; - Divulgação periódica das reuniões, deliberações e ações do CEAS/SC; - Estimular a presença de conselheiros estaduais nas teleconferências promovidas pelo CNAS; - Estabelecimento de remuneração para os conselheiros setoriais e de direitos;

	realização das conferências estaduais; - Boa atuação e maior visibilidade dos trabalhos desenvolvidos pela secretaria executiva do CEAS/SC; - Contribuição e comprometimento efetivos do CEAS/SC em relação à consolidação da política de assistência social e implementação do SUAS no Estado; - Investimento no protagonismo dos CMAS's para realização das conferências municipais e estímulo à participação dos delegados municipais na conferência estadual; - Informações relevantes sobre a implementação do SUAS, disseminadas através do Site da Secretaria de Estado de Assistência Social, Trabalho e Habitação (SST). - Orientações e disponibilização de documentos para suporte à realização das conferências municipais, efetuadas pelo CEAS/SC, via Site da SST; - Rapidez na veiculação das informações pelo CEAS/SC.	- Apoio técnico e financeiro ao Fórum Estadual Permanente de Assistência Social e Fórum Estadual dos Trabalhadores do SUAS; - Apoio à implantação e implementação de Fórum Regional de Assistência Social; - Ampliar a participação da sociedade civil nas decisões do CEAS/SC, fortalecendo o Fórum de Entidades Não Governamentais de Assistência Social; - Elaboração de estratégias de formação política para o exercício da cidadania que fomentem a participação de trabalhadores e usuários da assistência social no controle social; - Criação de Ouvidoria Estadual da Assistência Social; - Realização de campanha e definição de prazo para que os municípios adequem suas leis de criação do CMAS, garantindo presença paritária de usuários e trabalhadores do SUAS em sua composição; - Articulação de encontros estaduais de conselheiros; - Maiores esclarecimentos sobre a utilização dos recursos financeiros do Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS), transferidos pelo Estado, quanto à natureza das despesas (custeio e capital); - Elaboração de subsídio que indique as ações de controle social prioritárias, que devem ser realizadas pelo CMAS e pelo CEAS/SC; - Participação do CEAS/SC na elaboração do orçamento do Fundo Estadual de Assistência Social (FEAS/SC), e na articulação política para a liberação dos recursos financeiros para a sua execução; - Realização de articulação entre os Conselhos Estaduais Setoriais de Políticas Públicas e os Conselhos Estaduais de Defesa de Direitos; - Criação de Fórum Estadual de Conselheiros Setoriais e de Defesa de Direitos para debate e troca de experiências sobre a
--	--	---

		atribuição dos conselheiros, bem como definição de ações estratégicas comuns para o exercício do controle social; - Ampliação da interlocução entre o Fórum Estadual Permanente de Assistência Social e os Fóruns Municipais de Assistência Social; - Elaboração e implementação de Plano de Monitoramento e Avaliação do funcionamento dos CMAS's.
ESFERA POLÍTICO ADMINISTRATIVA	FORTALECIMENTO DA PARTICIPAÇÃO E DO CONTROLE SOCIAL	
UNIÃO	Resultados Alcançados (Avanços)	Resultados Esperados (Desafios)
	- Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) atuante, com grande contribuição aos avanços na consolidação da política de assistência social/SUAS; - Mobilização para aprovação da Lei do SUAS (alteração para adequação da LOAS ao SUAS); - Sancionamento da Política Nacional de Assistência Social que implantou o SUAS; - Capacitação de conselheiros sobre inscrição de entidades de assistência social; - Realização de capacitação para as Instâncias de Controle Social do Programa Bolsa Família; - Publicação de Cadernos sobre atribuições e funções dos conselheiros e sobre o controle social em parceria com o Tribunal de Contas da União (TCU); - Regulamentação da inscrição de entidades de assistência social no CMAS; - Instituição de senhas para os conselheiros poderem acompanhar os recursos recebidos pelo município e se manifestarem quanto à adequação de sua aplicação, na prestação de contas;	- Orientação e assessoria técnica continuada do CNAS aos conselheiros estaduais e municipais; - Realização de capacitação continuada e permanente para os conselheiros estaduais e municipais de assistência social e respectivos secretários executivos; - Capacitação específica aos conselheiros, em relação ao orçamento, à execução financeira e à aplicação dos recursos da assistência social do Fundo de Assistência Social; - Descentralização das reuniões do CNAS para maior aproximação com os conselhos estadual e municipal de assistência social; - Alteração da paridade de representação nos conselhos, adotando 2/3 de representação da sociedade civil e usuários, e permanência da presidência com a sociedade civil; - Estabelecimento de remuneração para os conselheiros setoriais e de direitos; - Ampliar espaços de debates sobre a assistência social entre as esferas de governo e a sociedade civil; - Adoção de ações de fiscalização do cumprimento da legislação relativa ao controle social e de suas atribuições conforme as responsabilidades assumidas pela habilitação de gestão dos municípios;

- Fortalecimento das ações do CNAS em virtude da inter-relação dialógica estabelecida com o órgão gestor federal (MDS), a comissão intergestores tripartite (CIT) e o fórum nacional de secretários de assistência social (FONSEAS), visando a consolidação do SUAS; - Disseminação de informações que contribuem para a efetivação das funções dos conselhos e das atribuições dos conselheiros, através do SUAS Web (Site MDS, Aplicativos da Rede SUAS); - Realização de estudos e debates para a aprovação das normatizações que vêm consolidando o SUAS; - Instituição de percentual do IGD-M a ser aplicado na estruturação dos CMAS's; - Regulamentação da concessão do CEBAS, com transferência da concessão a entidades de saúde e educação para os respectivos ministérios; - Instituição do CadÚnico que possibilita conhecimento da realidade social das famílias em situação de vulnerabilidade social no município, servindo para a formulação de "indicadores sociais" para as análises e deliberações do CMAS; - Instituição do Censo SUAS possibilitando monitoramento e avaliação dos serviços socioassistenciais, e dotando os CMAS's de dados para acompanhamento municipal da gestão e execução da política de assistência social; - Aprovação da Resolução que cria as comissões de acompanhamento dos conselhos estaduais e municipais. - A implantação da Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação (SAGI) para maior transparência das ações e resultados da área da assistência social.	- Elaboração e divulgação de caderno que reúna e esclareça as principais legislações, em linguagem acessível, que devem ser de domínio dos conselheiros para o exercício do controle social; - Maiores esclarecimentos sobre a utilização dos recursos financeiros do Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS), transferidos pela União, quanto à natureza das despesas (custeio e capital); - Cofinanciamento para estruturação dos Conselhos Municipais de Assistência Social sob os aspectos de equipamentos, espaço físico adequado e pagamento de equipe técnica própria de assessoria permanente; - Elaboração de subsídio que indique as ações de controle social prioritárias, que devem ser realizadas, respectivamente, pelo CNAS, CEAS e CMAS; - Elaboração de Resolução que defina a carga horária mínima para trabalhadores do SUAS e de funcionamento das Unidades de Referência de Assistência Social (CRAS-CREAS); - Realização de articulação entre os Conselhos Nacionais Setoriais de Políticas Públicas e os Conselhos Nacionais de Defesa de Direitos; - Efetivação da Resolução que cria as comissões de acompanhamento dos conselhos; - Publicização da Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação (SAGI) e dos dados de avaliação da implementação do SUAS; - Elaboração e implementação de Plano de Monitoramento e Avaliação do funcionamento dos Conselhos Estaduais e Municipais de Assistência Social com a criação de CENSO/ CONSELHOS.
--	---

6.4. SUBTEMA 4: A CENTRALIDADE DO SUAS NA ERRADICAÇÃO DA EXTREMA POBREZA NO BRASIL

ESFERA POLÍTICO ADMINISTRATIVA	CENTRALIDADE DO SUAS NA ERRADICAÇÃO DA EXTREMA POBREZA	
MUNICÍPIO	Resultados Alcançados (Avanços)	Resultados Esperados (Desafios)
	- Execução do Programa Bolsa Família; - Implantação de CRAS e CREAS com seus respectivos serviços, prioritariamente voltados aos beneficiários do Programa Bolsa Família; - Realização da Conferência Regional de Segurança Alimentar e Nutricional; - Ação Social da Igreja Matriz no desenvolvimento de Projeto de Hortas Comunitárias; - Investimento do município na política de inclusão produtiva e adesão ao “Plano Brasil sem Miséria”; - Oferta de programas e projetos de qualificação profissional e de geração de renda nos CRAS, com recursos do PAIF e do IGD-M; - Aumento da população atendida pelo Programa Bolsa Família e pelos serviços socioassistenciais; - Recadastramento e cadastramento de novas famílias no CadÚnico; - Realização de mutirão para cadastramento dos usuários da assistência social; - Contratação de entrevistadores e digitadores para a execução das atividades do CadÚnico; - Identificação da duplicidade de atendimentos entre as políticas setoriais; - Execução de programa de educação continuada para jovens e adultos pela política de educação; - O incentivo à produção de alimentos na agricultura	- Intensificação da intersetorialidade entre as políticas públicas (assistência social, saúde, educação, trabalho, habitação, cultura e esportes, etc), propiciando aos usuários da assistência social o acesso aos direitos socioassistenciais; - Ampliação de recursos orçamentários para as políticas de qualificação profissional e inclusão produtiva; - Efetivação da busca ativa das famílias em situação de extrema pobreza; - Fortalecimento das parcerias com organizações e instituições da sociedade civil para execução de políticas de inclusão produtiva, através de convênios de financiamento; - Incorporação da “Agenda das Famílias” como instrumento de intervenção na política de assistência social; - Realização de capacitação aos gestores e trabalhadores do SUAS e de políticas públicas com as quais a assistência social intersectorializa para compreensão e atendimento à população em situação de extrema pobreza, dentro da concepção do “Plano Brasil sem Miséria”; - Elaboração de “Plano Integrado de Ações” das políticas públicas e organizações e empresas da sociedade civil para a erradicação da extrema pobreza; - Aprimoramento e reorganização da atuação com as famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família, nos CRAS; - Criação de programas de incentivo à permanência do jovem no meio rural, através da articulação entre as políticas de trabalho, educação e agricultura;

familiar, propiciando aos pequenos produtores a subsistência e permanência no campo; - Incentivo do poder público às entidades não governamentais que executam serviços socioassistenciais e serviços de qualificação profissional e inclusão produtiva; - Realização e ampliação da busca ativa das famílias em situação de extrema pobreza; - Implantação de Centro de Capacitação para as Famílias e Escolas Profissionais, articuladas com outras políticas públicas, em suporte às famílias atendidas no CRAS; - Articulação e mobilização de entidades e associações para formação de cooperativas, através do CRAS; - Trabalho efetivo de intersetorialidade realizado pela Comissão Intersetorial do Programa Bolsa Família (PBF); - Efetivação de parcerias com a rede pública e privada de serviços para a realização de cursos profissionalizantes; - Oferta do Programa ProJovem Adolescente; - Superação da condição de vulnerabilidade habitacional de parte da população usuária; - Mapeamento e visitas realizadas aos beneficiários do BPC; - Ampliação dos beneficiários do BPC; - Concessão de benefícios eventuais em situações emergenciais e/ou de dificuldades momentâneas; - Mapeamento municipal de entidades que atuam nas comunidades; - Discussão de critérios para permanência de usuários em serviços, programas, projetos e benefícios	- Investimento em programas de inclusão produtiva para jovens e adultos das áreas urbana e rural; - Ampliação da cobertura de CRAS e instituição de Secretaria de Assistência Social própria (Comando Único), desvinculando os serviços socioassistenciais da gestão da política de saúde; - Incentivo à produção agrícola orgânica e à criação de pequenos animais às famílias atendidas no CRAS, sob coordenação da política de agricultura, com comprometimento do poder executivo local de aquisição da produção para a merenda escolar; - Efetivação de parceria com o comércio local para inclusão no mercado de trabalho de usuários da assistência social; - Criação de cooperativas nas áreas pesqueira, naval de artesanato, de reciclagem de lixo, dentre outras, para participação dos usuários da assistência social e combate ao trabalho na informalidade; - Realização de parceria com a política de educação e/ou com agências formadoras da sociedade civil para a realização de cursos de alfabetização e de qualificação profissional para os inscritos no CadÚnico; - Atualização no CadÚnico de famílias beneficiárias do PBF; - Criação de Central de Atendimento do Cadastro Único; - Implantação e implementação do Programa “Balcão do Emprego”; - Mobilização e elaboração de Plano Local de Habitação de Interesse Social para a garantia do direito à moradia digna à população em situação de vulnerabilidade social; - Elaboração da Lei e do Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional; - Maior incentivo ao Programa “Primeiro Emprego”, com adoção de isenção ou abatimento de impostos a empresas que empreguem jovens;
--	--

	socioassistenciais; - Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional implantado e em atuação; - Aumento do índice de jovens na escola; - Modificação do olhar da população e do poder executivo sobre os serviços de assistência social; - Apoio a associações de agricultores, através da realização de feiras livres;	- Criação de Grupo Gestor para o Enfrentamento à Pobreza; - Fortalecimento da Coordenadoria de Políticas para a Igualdade Racial, ampliando as ações afirmativas na legislação e atuação de todas as políticas públicas; - Reestruturar e reativar o Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional; - Realização de diagnóstico municipal em relação à população em situação de extrema pobreza, considerando a renda percapita familiar de R\$ 70,00; - Regularização da situação fundiária no município; - Realização de convênio com empresas para inclusão de adolescentes no mercado de trabalho, como aprendizes; - Definição de critérios para a permanência de usuários em serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais; - Implantação de feiras para comercialização da produção dos grupos e capacitação para gerenciamento da produção; - Oferta de cursos profissionalizantes e de ações de geração de renda, através dos CRAS; - Efetivação de programa específico de atendimento às famílias em situação de moradia inadequada; - Promoção de ações de empoderamento das famílias; - Criação de Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional; - Alocação de recursos para aquisição de alimentos da agricultura familiar, para composição do benefício eventual da cesta básica; - Criação de Fundo Municipal de Economia Solidária para desenvolvimento de projetos de geração de renda e inclusão produtiva.
--	--	---

ESFERA POLÍTICO ADMINISTRATIVA	CENTRALIDADE DO SUAS NA ERRADICAÇÃO DA EXTREMA POBREZA	
ESTADO	Resultados Alcançados (Avanços)	Resultados Esperados (Desafios)
	- Realização de capacitações e orientações continuadas sobre o Programa Bolsa Família; - Construção de Conjunto Habitacional pela política de habitação que permitiu a desapropriação de moradias irregulares; - Orientações sistemáticas e apropriadas sobre o CadÚnico; - Orientações sobre os serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais;	- Intensificação da intersetorialidade entre as políticas públicas, no âmbito da esfera estadual, para adoção de estratégias comuns e conjuntas que visem o atendimento da população em situação de extrema pobreza; - Adesão do Estado ao “Plano Brasil sem Miséria” para coordenar a adesão dos municípios ao referido plano e propiciar ações estaduais coordenadas entre políticas públicas e organizações e empresas da sociedade civil que tenham repercussão e gerem ações conjuntas nos municípios, voltadas à população em situação de extrema pobreza; - Apoio técnico e financeiro para o desenvolvimento das ações previstas no “Plano Brasil sem Miséria”; - Estabelecimento de articulação entre as políticas públicas para que promovam programas e/ou projetos de qualificação profissional e inserção de jovens e adultos no mercado de trabalho; - Ampliação de recursos orçamentários para financiamento de políticas de inclusão produtiva nos municípios, especialmente para municípios de pequeno porte; - Fortalecimento e efetivação de acordos com organizações e instituições da sociedade civil, de âmbito estadual, que atuam com projetos de inclusão produtiva para que disponibilizem cursos de geração de emprego e renda e/ou de qualificação profissional para a população em situação de extrema pobreza, atendidas nos CRAS; - Estabelecimento de apoio técnico e financeiro para a capacitação e acompanhamento de associações e cooperativas de geração de trabalho e renda;

		- Implementação dos objetivos do Milênio; - Realização de capacitação aos gestores e trabalhadores do SUAS e de políticas públicas com as quais a assistência social intersetorializa para compreensão e atendimento à população em situação de extrema pobreza dentro da concepção do “Plano Brasil sem Miséria”; - Cofinanciamento dos serviços socioassistenciais de proteção social básica e tomada de providências para a implantação de CREAS Regionalizado; - Efetivação de parceria com a Secretaria Estadual de Educação para elaboração de plano de implantação de Escolas Profissionalizantes; - Realização de parceria com a política estadual de agricultura para elaboração de projeto estadualizado de incentivo à produção agrícola urbana e rural de produtos orgânicos e de criação de pequenos animais, voltados para usuários da assistência social; - Maior atuação e articulação da política de trabalho e renda do Estado com a política de assistência social para execução de projetos que invistam na qualificação profissional e inclusão produtiva da população em situação de extrema pobreza; - Reativação do Conselho Estadual de Trabalho e Renda; - Maior incentivo ao Programa “Primeiro Emprego”, com adoção de isenção ou abatimento de impostos a empresas que empreguem jovens; - Maior atuação dos Postos do SINE, na oferta de empregos; - Lançamento de programas estaduais de capacitação de jovens de acordo com a realidade socioeconômica de cada região estadual; - Divulgação dos direitos socioassistenciais através da imprensa falada, escrita e televisionada; - Criação de incentivos para que os municípios de pequeno porte se articulem na forma de consórcio para oferta de
--	--	--

		serviços socioassistenciais, com apoio financeiro estadual; - Elaboração da Lei e Plano Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional; - Maior participação da COHAB (Companhia de Habitação do Estado de Santa Catarina) na viabilização de programas habitacionais de interesse social; - Cofinanciamento estadual para a gestão do Programa Bolsa Família; - Elaboração de diagnóstico estadual sobre áreas regionais de maior vulnerabilidade e risco social, bem como de presença de famílias em situação de extrema pobreza para servir como indicativo para ações do Plano Brasil sem Miséria; - Revisão dos critérios relativos à transferência de recursos estaduais para a manutenção da política de assistência social; - Criação de Fundo Estadual de Economia Solidária para desenvolvimento de projetos de geração de renda e inclusão produtiva.
--	--	---

ESFERA POLÍTICO ADMINISTRATIVA	CENTRALIDADE DO SUAS NA ERRADICAÇÃO DA EXTREMA POBREZA	
UNIÃO	Resultados Alcançados (Avanços)	Resultados Esperados (Desafios)
	- Implantação do “Plano Brasil sem Miséria” para atuação conjunta das políticas públicas e organizações e empresas da sociedade civil em relação à população em situação de extrema pobreza; - Implantação da Secretaria Extraordinária de Superação da Extrema Pobreza para gerenciamento do “Plano Brasil Sem Miséria”; - Implantação do programa de transferência de renda - Programa Bolsa Família (PBF), com aumento do valor do benefício e ampliação do número de famílias a serem beneficiadas; - Efetivação do monitoramento dos programas de transferência de renda com planejamento do desligamento dos beneficiários; - Alterações importantes efetuadas no programa de registro de dados do CadÚnico e nas atribuições dos coordenadores do Programa Bolsa Família; - Repasse dos recursos do IGD-M; - Implantação do Programa de transferência de Renda: Benefício de Prestação Continuada (BPC); - Elaboração de critérios e instituição de banco de dados para o acesso à habitação; - Obrigatoriedade da implantação de CRAS nos municípios; - Integração da política de assistência social com a política nacional de segurança alimentar e nutricional; - Implantação do Programa ProJovem Adolescente;	- Intensificação da intersetorialidade entre as políticas públicas, no âmbito da esfera federal, para adoção de estratégias comuns e conjuntas que visem o atendimento da população em situação de extrema pobreza; - Estabelecimento de articulação entre as políticas públicas para que promovam programas e/ou projetos de qualificação profissional e inserção de jovens e adultos no mercado de trabalho; - Ampliação de recursos orçamentários para apoio a projetos de inclusão produtiva nos municípios, incluindo este serviço na Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, ofertados pelo CRAS; - Implementação dos objetivos do Milênio; - Elaboração de metodologia própria de atuação da política de assistência social no “Plano Brasil sem Miséria” para erradicação da extrema pobreza; - Realização de capacitação aos gestores e trabalhadores do SUAS e de políticas públicas com as quais a assistência social intersectorializa para compreensão e atendimento à população em situação de extrema pobreza, dentro da concepção do “Plano Brasil sem Miséria”; - Aumento dos recursos do IGD-M para estruturação de CRAS e CREAS, através da aquisição de materiais permanentes e pagamento de recursos humanos para atuação nas equipes de referência de assistência social; - Estabelecimento de maior agilidade no programa de registro de dados do CadÚnico, bem como na liberação dos benefícios aos beneficiários do PBF e PETI;

	- Programa “Minha Casa, Minha Vida” para erradicação do déficit habitacional; - Programa “Compra Direta” foi uma boa iniciativa, constituindo-se em diferencial para os pequenos produtores da agricultura familiar; - Realização de ações estruturantes, emergenciais e sustentáveis de combate à fome através de programas de produção e distribuição de alimentos, de incentivo à agricultura familiar e de educação alimentar; - Conjunto de normativas que estabelecem a centralidade do SUAS na erradicação da extrema pobreza;	- Considerar no CadÚnico, os valores que as famílias gastam com aluguel; - Ampliação da concessão de benefício de transferência de renda do Programa Bolsa Família, aos municípios, tendo em vista a existência de famílias com perfil para recebimento do benefício que não estão sendo contempladas; - Ampliação das condicionalidades para as famílias beneficiadas com transferência de renda, como a de obrigatoriedade de participarem de serviços socioeducativos e de inclusão produtiva; - Alteração do critério de concessão do Benefício de Prestação Continuada (BPC): percapita de $\frac{1}{4}$ do salário mínimo para $\frac{1}{2}$ ou 01 salário mínimo, e adoção da idade prevista no Estatuto do Idoso; - Constituição de melhores critérios para o financiamento de habitação em municípios, prevalentemente, agrícolas; - Financiamento de projetos habitacionais para famílias em situação de extrema pobreza, incluindo reformas; - Ampliação do acesso a programas e projetos socioassistenciais preventivos, a municípios de pequeno porte, que dado os critérios instituídos, apenas possibilita o acesso de médios e grandes municípios, com respectivo cofinanciamento; - Criação de incentivos para que os municípios de pequeno porte se articulem na forma de consórcio para oferta de serviços socioassistenciais, com apoio financeiro federal; - Criação de mais restaurantes populares e cozinhas comunitárias; - Fortalecimento da política de segurança alimentar e nutricional, com mais repasse de recursos para a sua estruturação; - Ampliação do conceito de extrema pobreza, levando em conta outros indicadores sociais, além da renda percapita; - Maior incentivo ao Programa “Primeiro Emprego”, com
--	--	---

		adoção de isenção ou abatimento de impostos a empresas que empreguem jovens;
		- Criação de novo programas e projetos de enfrentamento à pobreza;
		- Revisão de critérios para acesso aos programas de transferência de renda e a programas habitacionais;
		- Maior autonomia aos municípios para a seleção das famílias a serem beneficiadas no Programa Bolsa Família;
		-Revisão dos critérios relativos à transferência de recursos federais para a manutenção da política de assistência social;
		- Divulgação nacional, na mídia, sobre a política de assistência social e os direitos dos usuários;
		- Promoção da Reforma Agrária;
		- Criação de programa de transferência de renda para cuidadores de idosos e pessoas com deficiência, com vínculo previdenciário;
		- Criação de Fundo Federal de Economia Solidária para desenvolvimento de projetos de geração de renda e inclusão produtiva.

7. DELIBERAÇÕES DA CONFERÊNCIA ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL:

7.1. SUBTEMA 1: ESTRATÉGIAS PARA A ESTRUTURAÇÃO DA GESTÃO DO TRABALHO:

SUBTEMA	PROPOSTAS/DELIBERAÇÕES	ESFERA DE GOVERNO RESPONSÁVEL		
		MUNICÍPIO	ESTADO	UNIÃO
Estratégias para a Estruturação da Gestão do Trabalho no SUAS	1-Garantia de orçamento e de execução orçamentária de no mínimo 10% do orçamento público, nas três esferas de governo, para aplicação na política de assistência social	X	X	X
	2- Elaboração e implementação do Plano Municipal, Estadual e Nacional de Capacitação para os trabalhadores do SUAS, garantindo capacitação continuada e articulada às demais políticas intersetoriais, com co-financiamento das três esferas de governo.	X	X	X
	3 - Garantia de co-financiamento das três esferas de governo para adequação e ampliação das equipes de trabalho do órgão gestor e de referência dos serviços socioassistenciais através da realização de concurso público, bem como da elaboração de Plano de Carreira, Cargos e Salários, com instalação de “Mesa de Negociação Permanente” com participação paritária de membros do governo e dos trabalhadores.	X	X	X
	4- Estabelecimento em Lei, da utilização dos recursos de cofinanciamento Federal e Estadual com maior autonomia dos municípios, para pagamento de trabalhadores do SUAS (concursados, incluso encargos sociais), aquisição de material permanente e investimento em estrutura física (construção e reformas), tornando mais flexível e ampliada a utilização do cofinanciamento para custeio e capital.		X	X
	5- Criação de soluções na área de tecnologia da informação para integração de banco de dados que possibilite aos trabalhadores acompanhar e executar serviços relacionados à garantia de direitos sociais, bem como contribua para o monitoramento por parte dos gestores, com cofinanciamento das três esferas de governo.	X	X	X

7.2. SUBTEMA 2: REORDENAMENTO E QUALIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS SOCIOASSISTENCIAIS

SUBTEMA	PROPOSTAS/DELIBERAÇÕES	ESFERA DE GOVERNO RESPONSÁVEL		
		MUNICÍPIO	ESTADO	UNIÃO
Reordenamento e Qualificação dos Serviços Socioassistenciais	1 - Execução do reordenamento preconizado pela Lei 12.435/2011 e pela Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, especialmente em relação aos serviços do CRAS/PAIF, CREAS, Alta Complexidade, Proteção em Situação de Calamidade Pública e de Emergência, bem como àqueles relativos a programas, projetos e benefícios com atendimento das respectivas provisões e com cofinanciamento municipal, estadual e federal para investimento em custeio, capital e pagamento das equipes de referência.	X	X	X
	2 - Criação de Sistema de Informação Unificado, a ser alimentado pelo distrito federal, estados e municípios, possibilitando otimização dos serviços, programas, projetos e benefícios, definição de indicadores sociais e planejamento para a articulação e acompanhamento dos atendimentos aos usuários nos diversos serviços socioassistenciais da rede pública e privada, e em outras políticas públicas, propiciando o diagnóstico social dos municípios e do Estado.			X
	3 - Regionalização e cofinanciamento dos serviços de média complexidade (CREAS Regional para municípios de pequeno porte 1 e 2) e de alta complexidade (Instituição de Longa Permanência, Abrigo Institucional, Residência Inclusiva, Casa de Passagem, etc), sob responsabilidade da esfera estadual, com instituição de consórcio municipal e cofinanciamento estadual e federal, conforme mapeamento-diagnóstico de demanda.		X	X
	4 - Efetivação do Comando Único da Secretaria Estadual e das Secretarias Municipais, tornando-as exclusivamente gestoras da política de assistência social, e do reordenamento institucional para adequação às funções essenciais de gestão (NOB-RH/SUAS) e das legislações relativas a serviços/benefícios,	X	X	

	adequando-as à tipificação dos serviços socioassistenciais.			
	5 – Execução pelo órgão gestor estadual do monitoramento e assessoria continuada de CRAS, CREAS, entidades da sociedade civil e seus respectivos serviços socioassistenciais, com retorno das questões observadas para serem adequadas ao previsto na Tipificação Nacional, na NOB/SUAS e na NOB-RH/SUAS através de “Plano de Providências” com devido acompanhamento, bem como, com base no monitoramento viabilizar processos de qualificação continuada de gestores, trabalhadores e usuários da rede socioassistencial.		X	
	6 - Implantação de serviço de prevenção, proteção e atuação em situações de calamidade e emergência pública, de forma intersetorial (articulado com outras políticas públicas), com cofinanciamento das três esferas de governo.	X	X	X

7.3. SUBTEMA 3: FORTALECIMENTO DA PARTICIPAÇÃO E DO CONTROLE SOCIAL

SUBTEMA	PROPOSTAS/DELIBERAÇÕES	ESFERA DE GOVERNO RESPONSÁVEL		
		MUNICÍPIO	ESTADO	UNIÃO
Fortalecimento da Participação e do Controle Social	1 - Fortalecimento dos Conselhos Municipais e Estaduais de Assistência Social para o exercício do controle social, garantindo a efetivação das legislações vigentes (Lei nº 12.435/2011), considerando os seguintes aspectos: infraestrutura, orçamento, recursos humanos, capacitação e formação continuada para conselheiros, rede prestadora de serviços socioassistenciais e instâncias de controle do Programa Bolsa Família.	X	X	X
	2 - Fomento técnico e financeiro à implantação e à implementação de espaços de participação para o controle social, tais como: fóruns, audiências públicas, encontros regionalizados, seminários e outros espaços públicos de participação democrática.	X	X	X
	3 - Criação e/ou fortalecimento de Fóruns Permanentes de Assistência Social (municipal, regional e estadual) com a participação de trabalhadores e usuários de entidades da rede socioassistencial privada, com apoio técnico e financeiro municipal e estadual, para monitoramento e avaliação da efetivação do SUAS e apresentação de proposições.	X	X	
	4 – Efetivação de cofinanciamento das esferas estadual e federal para a implantação e implementação pelos municípios de projetos de formação política para o exercício da cidadania, em parceria com entidades e organizações de assistência social, para fomentar a participação e a representatividade dos usuários nas instâncias de controle social.		X	X
	5- Promoção de campanhas na imprensa escrita, falada, televisionada e nas redes sociais para a divulgação das atribuições, deliberações, reuniões e ações de controle social do Conselho de Assistência Social e das Conferências, e adoção de reuniões descentralizadas para promover maior participação da população.	X	X	X
	6 - Relação CNAS, CEAS, CMAS: a) Promoção de encontros regionalizados entre CEAS/SC e CMAS's para avaliação do controle social da política de assistência social e efetivação de orientações às	X	X	X

	demandas dos conselheiros; b) Descentralização regionalizada das reuniões plenárias do CEAS/SC; c) Maior articulação entre os conselhos municipais, estadual e federal para estabelecimento de estratégias conjuntas em relação ao controle social e manutenção de repasse imediato de informações pelos meios de comunicação disponíveis; d) Viabilização da participação de conselheiro municipal nas reuniões plenárias do CEAS/SC, informando as pautas futuras e encaminhando retorno das deliberações ocorridas para os Conselhos Municipais de Assistência Social.			
	7 – Alocação de recursos financeiros no Fundo Municipal e Estadual de Assistência Social para a estruturação do Conselho de Assistência Social e ampliação do controle social sobre a execução financeira de todas as despesas registradas na função 8 (Assistência Social), enviadas ao Tribunal de Contas do Estado – TCE.	X	X	

7.4. SUBTEMA 4: A CENTRALIDADE DO SUAS NA ERRADICAÇÃO DA EXTREMA POBREZA NO BRASIL

SUBTEMA	PROPOSTAS/DELIBERAÇÕES	ESFERA DE GOVERNO RESPONSÁVEL		
		MUNICÍPIO	ESTADO	UNIÃO
A Centralidade do SUAS na Erradicação da Extrema Pobreza no Brasil	1-Adesão ao “Plano Brasil Sem Miséria”, com implementação de planos de atuação nas esferas estadual e municipal que contemplem ações dos eixos: transferência de renda, serviços públicos e inclusão produtiva, através da instituição de Comissão Intersetorial, sob a coordenação da Assistência Social, visando superação de situações de extrema pobreza, considerando o diagnóstico das realidades locais e regionais, e garantindo o financiamento das ações, inclusive para os municípios de pequeno porte.	X	X	X
	2- Efetivação da intersetorialidade entre as políticas públicas (assistência social, previdência social, educação, trabalho, saúde, segurança alimentar, agricultura, habitação, cultura, esporte e outras), em articulação com entidades da sociedade civil (entidades socioassistenciais, movimentos sociais, associações) e da rede privada, considerando as realidades urbanas e rurais na implementação de ações, tais como: qualificação profissional, inserção no mercado de trabalho, fortalecimento de cooperativas, grupos produtivos, economia solidária e agricultura familiar entre outros, direcionado aos usuários da política de assistência social.	X	X	X
	3 - Adoção e/ou Revisão de Critérios para Transferência de Renda , tais como: a) Continuidade do recebimento do benefício do Programa Bolsa Família (PBF) pelo período de 120 dias, após ingresso de membro da família no mercado formal de trabalho; b) Ampliação das metas (ou da cobertura) da concessão do benefício do PBF; c) Alteração do percapita do BPC para 01 salário mínimo, ampliando a cobertura da concessão do benefício, e assegurando que a renda do beneficiário com deficiência não seja utilizada para efeito de cálculo do percapita de outro requerente com deficiência da mesma família; d) Alteração do critério de idade da pessoa idosa de 65 anos para 60 anos, conforme estabelecido no Estatuto do Idoso; e) Elevação do percapita do PBF para ½ salário mínimo; f) Revisão da renda percapita instituída para caracterização de extrema pobreza, adotando ¼ do salário mínimo, e ampliando a forma de avaliação das			X

	situações de extrema pobreza, levando em consideração outros critérios, além da renda.			
	4- Implantação, ampliação e fortalecimento de projetos e programas para adolescentes e jovens da área urbana e rural, financiados pelas três esferas de governo.	X	X	X
	5 - Efetivação da busca ativa de famílias/indivíduos que se encontram em situação de extrema pobreza na rede socioassistencial através da atuação do CRAS, bem como do reordenamento da territorialização e da ampliação do número de CRAS, contemplando equipes de referência e equipamentos necessários, conforme estabelecido na NOB/ RH e NOB/SUAS.	X	X	X
	6- Estabelecimento em Lei da contribuição de até 6% de pessoa física (tributada pelo imposto de renda) e de 1% sobre o lucro real presumido de pessoa jurídica (deduzível do imposto devido), para o Fundo de Assistência Social (municipal, estadual e federal), realizando ampla campanha de divulgação à população.		X	X

8. DELEGADOS ELEITOS E HOMOLOGADOS DE SANTA CATARINA PARA A VIII CONFERÊNCIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

8.1. DELEGADOS MUNICIPAIS GOVERNAMENTAIS (Representação de Gestores Municipais):

TITULARES - DELEGADOS MUNICIPAIS GOVERNAMENTAIS - REPRESENTAÇÃO GESTOR				
NOME	MUNICÍPIO	DOCUMENTO DE IDENTIDADE	TELEFONE	E-MAIL
Elsa Salete de Paula dos Santos	Nova Erechim	2.234.862-0	(49) 3333-0829 / 3333-3100	elsa@unochapeco.edu.br
Rosimeri Cândido	Lauro Müller	3.854.159-9	(48) 3464-4276 / 3464-4780	merycandido@hotmail.com
Silvia Aparecida Corrêa Ribeiro	Capão Alto	4.220.432	(49) 8812-6483	sca_ribeiro@hotmail.com
Lisane Terezinha Lauschner Castelli	São Carlos	12/C -902.760	(49) 3325-4478 / 9142-2047	lisane_castelli@hotmail.com
Luci Bernadete Bettanin	São Miguel d'Oeste	2.542.168	(49) 3622-6339 / 8843-1851	luci@smo.com.br
Vera Regina Rodrigues	Tubarão	512.329	(48) 9634-5029	scraarodrigues@hotmail.com
Calisto Lopes Cerqueira	Gaspar	1.429.556	(47) 3397-1094 / 8405-8126	calisto_09@yahoo.com.br
Elizabete Maria Silveira Goulart	Florianópolis	2.080.461	(48) 3251-6209 / 9915-7060	elizabetegoulart@ig.com.br
Karla Cardoso Borges	Criciúma	3.954.315	(48) 3445-8912/3445-8910/9132-1021	karlaborges.sc@gmail.com
Maria Eunice Malacarne Bernat	Blumenau	13/C – 1.858.462	(47) 3222-3193/ 3222-3175	mariaeunice@blumenau.sc.gov.br
Greyce Elaine da Silva Coronetti	São José	3.940.688-1	(48) 3281-6746	gcoronetti@gmail.com
Célia Jacinta Trichez	Pinhalzinho	699.843	(49) 3366-6675/ 8417-9266	celiatrichez@hotmail.com
SUPLENTE –DELEGADOS MUNICIPAIS GOVERNAMENTAIS – REPRESENTAÇÃO GESTOR				
NOME	MUNICÍPIO	DOCUMENTO DE IDENTIDADE	TELEFONE	E-MAIL
Etelvina Conceição Medeiros	Rio Rufino	1.285.024-1	(49) 3279-0000/ 3279-0012	medeiros_ecm@hotmail.com
Avanei Tomaz de Bitencourt Vieira	Bal. Arroio do Silva	2.575.119	(48) 3526-1445/ 9911-2961	cad-unico@arroiadosilva.sc.gov.br avaneivieira@hotmail.com
Elisabeth Helena Rausch Frantz	Itapiranga	899.944	(49) 3677-0011	elisa.franz@hotmail.com
Flávia Zen Martins	Brusque	4.186.265	(47) 3251-1833 (Ramal-1842) / 3355-1033	flavinhasn@gmail.com

8.2. DELEGADOS MUNICIPAIS GOVERNAMENTAIS (Representação de Trabalhadores Municipais do SUAS):

TITULARES - DELEGADOS MUNICIPAIS GOVERNAMENTAIS - REPRESENTAÇÃO TRABALHADORES DO SUAS				
NOME	MUNICÍPIO	DOCUMENTO DE IDENTIDADE	TELEFONE	E-MAIL
Fabiana Ramos da Cruz Cardozo	Joinville	3.245.592-5	(47) 9103-1869	fabiana.cardozo@gmail.com
Lucas Barbosa Domingos	Criciúma	4.545.103	(48) 9625-1024	barbosa-lucasnegao@hotmail.com
Rosângela Maria Hüning	Chapecó	12R/1.717.754	(49) 3328-6180 / 3361-1900	rohuning@gmail.com
Tatiane Cervi Nuss	Brusque	2.838.810	(47) 3350-4169 / 3251-1833	tatiane.cervi@brusque.sc.gov.br
Lilian Patrícia Threis	Blumenau	2.176.635	(47) 9111-5598	lilianpatricia@blumenau.sc.gov.br
Diba Fátima Vegini	Schroeder	2R/1.265.653	(47) 3374-5460 / 9971-2677	dibav@schroeder.sc.gov.br
Rodrigo Faria Pereira	Garopaba	3.600.977	(48) 3254-8222 / 9913-2607	rodrigofariapereira@gmail.com
Rita Cristina Werner	Capão Alto	8R/2.479.904	(49) 3237-0011 / 8812-8678	asw9@hotmail.com
Romilda Schramm	Gaspar	2.028.295-8	(47) 3332-5372 / 3332-4347	
Rosilene Cavassini	Concórdia	5.110.877.271	(49) 3442-0118 / 8833-9690	rosicavassini@hotmail.com
Daniel Vargas de Moura	São Francisco do Sul	2.068.349.592	(47) 9638-1883	d_dvm@hotmail.com
Sidnéa Santos Goulart	São José	2.227.814-1	(48) 3346-0257 / 8441-5915	sidneasg@bol.com.br
SUPLENTE - DELEGADOS MUNICIPAIS GOVERNAMENTAIS - REPRESENTAÇÃO TRABALHADORES DO SUAS				
NOME	MUNICÍPIO	DOCUMENTO DE IDENTIDADE	TELEFONE	E-MAIL
Natalli Pazini Silva	Balneário Camboriú	5.159.340	(47) 9998-9373	natatai@hotmail.com
Viviane Vogel	Jaraguá do Sul	1.728.217	(47) 2106-8102 / 9931-4616	vivianevogel@gmail.com viviane.creas@jaraguadosul.com.br
Flavia Roberta Oliveira Mathias	Lages	4.101.212	(49) 3223- 4395 / 9951-3844	flaviamathias@yahoo.com.br
Jurema Célia Duro Lemoyne	Bal. Arroio do Silva	8.016.664.214	(48) 3526-0634 /9607-9297	cad.unico@arroiodosilva.sc.gov.br

8.3. DELEGADOS MUNICIPAIS DA SOCIEDADE CIVIL (Representação Entidades de Assistência Social):

TITULARES - DELEGADOS MUNICIPAIS DA SOCIEDADE CIVIL – ENTIDADES DE ASSISTÊNCIA SOCIAL				
NOME	MUNICÍPIO	DOCUMENTO DE IDENTIDADE	TELEFONE	E-MAIL
Eloíza Campregher Probst	Gaspar	944.541	(47) 3332-0186/3397-0047/3397-1094/ 8888-5337	eloizaprobst@ibest.com.br
Fabírcia Zanetti Sutil dos Santos	Chapecó	4.006.879	(49) 3329-2537/ 8436-3449	fabricia@sesc-sc.com.br
José Augusto Meier Gochinski	Itajaí	1.625.729	(47) 3366-1788 / 9193-7798	jose@adef.org.br
Eduardo Milioli da Silva	Criciúma	3.556.330	(48) 3411-5976 / 9915-4848	multiplicandotalentos.org@hotmail.com
Eva Maristela Branco Lima	Capão Alto	3.717.597-1	(49) 3237-0146 /8827-6277	eva.maristela@hotmail.com
Josias Martins	Trombudo Central	3.513.563-8	(47) 3544-0141 / 9191-9159	josiascibeleejoas@hotmail.com
Antonio Carlos de Lima	São Ludgero	39.223.624-2	(48) 9997-4788	isaqueemanuel@hotmail.com
Elisabete Margot Vieira	Joaçaba	23.894.542-x	(49) 3522-1117	elisabete.margot@brturbo.com.br
SUPLENTE - DELEGADOS MUNICIPAIS DA SOCIEDADE CIVIL – ENTIDADES DE ASSISTÊNCIA SOCIAL				
NOME	MUNICÍPIO	DOCUMENTO DE IDENTIDADE	TELEFONE	E-MAIL
Tânia Aparecida Pereira da Cunha	Concórdia	10R/1.333.887	(49) 3442-0922/ 3441-0118/ 3425-9197/ 9994-0735	taniadcunha@hotmail.com
Ozair dos Santos	São José	1.669.607-7	(48) 8452-4353	casadeapoio.jesus@gmail.com
Dulce Terezinha Sebold Goedert	Ituporanga	1.036.537	(47) 3533-2257	dulce.goedert@hotmail.com
Alan Jung Crocetta	Lauro Müller	5.221.360	(48) 9974-2466	alan.ccl@hotmail.com

8.4. DELEGADOS MUNICIPAIS DA SOCIEDADE CIVIL (Representação de Trabalhadores de Entidades):

TITULARES - DELEGADOS MUNICIPAIS DA SOCIEDADE CIVIL – TRABALHADORES DO SUAS (Entidades)				
NOME	MUNICÍPIO	DOCUMENTO DE IDENTIDADE	TELEFONE	E-MAIL
Fernanda Denise Satler	Indaial	4.020.992-0	(47) 3325-5887	fernandasatler@hotmail.com
Rúbia Karen Provensi	Joaçaba	3.793.535	(49) 3522-4548	rubiakaren@hotmail.com
Giolly Muriel Moreira	Joaçaba	3.282.162	(49) 8841-2511	giollysinpsi.sc@gmail.com
Elizia de Fátima Florencio Pereira	Bal.Arroio do Silva	1.975.184	(48) 9955-6266	eliziadefatima@hotmail.com
Dirce Provenzi	Seara	294.931-8	(49) 3452-1289	dprovenzi@yahoo.com.br
Dirce Monego Dick	São Carlos	3.127.077	(49) 3325-4899	dircesai@yahoo.com.br
Elisabeth Bahia Spinola Bittencourt Ferrer	Florianópolis	275.472	(48) 3228-1838	elisabethbahia@gmail.com
Cristiane Meira Alves	Criciúma	6R/3.628.463	(48) 3438-8112	nanicric@hotmail.com
SUPLENTE - DELEGADOS MUNICIPAIS DA SOCIEDADE CIVIL – TRABALHADORES DO SUAS (Entidades)				
NOME	MUNICÍPIO	DOCUMENTO DE IDENTIDADE	TELEFONE	E-MAIL
Sonara Regina Bergamo Muller Ramos	Chapécó	-	(49) 3321-3131 / 9911-7216	sonara-ramos@auroralimentos.com.br
Marilaine Scheffer Trajano	Criciúma	3.076.090.079	(48) 9931-5459	marist27@hotmail.com
Ederson Oliveira Lara	Itajaí	11.015.105-5	(47) 3344-7155	edderlara@yahoo.com.br
Marli Cardoso Baehr	Jaraguá do Sul	2.446.093-1	(47) 3370-8069	marlibaehr@hotmail.com

8.5. DELEGADOS MUNICIPAIS DA SOCIEDADE CIVIL (Representação de Usuários):

TITULARES - DELEGADOS MUNICIPAIS DA SOCIEDADE CIVIL – USUÁRIOS/ORGANIZAÇÃO USUÁRIOS				
NOME	MUNICÍPIO	DOCUMENTO DE IDENTIDADE	TELEFONE	E-MAIL
Joice Atanásio da Rosa	Capão Alto	4.232.471-8	(49) 8848-1234	joiceatanasio@hotmail.com
Carmen Regina Verdi	Bal. Arroio do Silva	6.015.539.551	(48) 9926-7697	carmenreginaverdi@hotmail.com.br
Célio Sobral Ferreira da Silva	Tubarão	5.980.254	(48) 3626-7235	
Odésia José da Silva	Itajaí	1.501.272	(47) 3348-9995	
Carlos Alberto Ventura	Blumenau	3.080.450	(47) 3324-2398	ctv.bnu@gmail.com
Filipe de Oliveira	São José	5.146.916	(48) 3246-4332	casadeapoio.jesus33@gmail.com
Raphael Henrique Travia	Joinville	6.503.869	(47) 3425-3121	raphaeltravia@gmail.com
José Goulart Delfino	Jaraguá do Sul	832.752-1	(47) 9602-9692	
SUPLENTE - DELEGADOS MUNICIPAIS DA SOCIEDADE CIVIL – USUÁRIOS/ORGANIZAÇÃO USUÁRIOS				
NOME	MUNICÍPIO	DOCUMENTO DE IDENTIDADE	TELEFONE	E-MAIL
Zoé Teresinha de França Oliveira	Itapiranga	2.458.837	(49) 3678-8996	
Oneide Terezinha Moraes da Silva Seimetz	São Carlos	2.990.745	(49) 9108-4688	
Terezinha Nabevaia Bencz	Santa Terezinha	2.774.754	(47) 3556-0130	
Marinês da Silva	São Francisco do Sul	-	(47) 3444-5690 / 9971-4255	schayanecastro@hotmail.com

8.6. DELEGADOS ESTADUAIS GOVERNAMENTAIS (Representação - CEAS/SC):

TITULARES - DELEGADOS ESTADUAIS GOVERNAMENTAIS – CEAS/SC				
NOME	MUNICÍPIO	DOCUMENTO DE IDENTIDADE	TELEFONE	E-MAIL
Janice Merigo	Florianópolis	12/C -3.341.269	(48) 3221-8800 / 9637-4666	social@fecam.org.br
Roseane Zacchi	Palhoça	3.584.931	(48) 8428-2968	roseanezacchi@sst.sc.gov.br
Léa Mara da Cunha Leal	Florianópolis	558.642	(48) 9980-0234	leamcleal@yahoo.com.br
SUPLENTE – DELEGADOS ESTADUAIS GOVERNAMENTAIS – CEAS/SC				
NOME	MUNICÍPIO	DOCUMENTO DE IDENTIDADE	TELEFONE	E-MAIL
Vânia Fátima Guareski Souto	Florianópolis	4.384.454	(48) 3221-8800 / 8464-0259	social.vania@gmail.com
Andréia Piana Titon	Florianópolis	3.589.172	(48) 8466-1527	andreatiton@yahoo.com.br
Luiza Maria Lorenzini Gerber	Florianópolis	533.931	(48) 3238-0058	luizagerber@yahoo.com.br

8.7. DELEGADOS ESTADUAIS DA SOCIEDADE CIVIL (Representação - CEAS/SC):

TITULARES – DELEGADOS ESTADUAIS DA SOCIEDADE CIVIL – CEAS/SC				
NOME	MUNICÍPIO	DOCUMENTO DE IDENTIDADE	TELEFONE	E-MAIL
Solange Bueno	Palhoça	1.004.135.917	(48) 9146-7278	soluis57@yahoo.com.br
Maria Cecília Antonia Godtsfriedt	São José	1.059.980.779	(48) 9919-9024	maceago58@gmail.com
Marliange da Silva	São José	1R/986.036	(48) 9104-6018	marliange@hotmail.com
SEM SUPLÊNCIA				

8.8. DELEGADOS COM DEFICIÊNCIA E/OU NECESSIDADES ESPECIAIS:

DELEGADOS	REPRESENTAÇÃO	DEFICIÊNCIA	NECESSIDADES
Odésia José da Silva	Usuários	Cadeirante	Acompanhante
Raphael Henrique Travia	Usuários	-	Acompanhante
Solange Bueno	CEAS/SC	Cega	Acompanhante, material digitalizado em Braile
José Augusto Meier Gochinski	Entidade	Tetraplegia	Acompanhante, transporte e quarto com banheiro adaptado.
Elizabeth Bahia Spinola Bittencourt Ferrer	Trabalhadores/Entidades	Celiaca	Alimentação sem glúten
Fernanda Denise Satler	Trabalhadores/Entidade	Física	Não

Florianópolis, 15 de outubro de 2011

COMISSÃO ORGANIZADORA

• Coordenação Geral	• De Infraestrutura:
Dalila Maria Pedrini (SST)	Ana Lucia Rosa da Silva (SST)
Nilda Maria D' Agostini Paula (SST)	Jamille Borges de Oliveira (SST)
Janice Merigo (CEAS/SC)	Maria Glória Jaques Borba (SST)
Marliange da Silva (CEAS/SC)	Gilberto Antonio Scussiato (CEAS/SC)
Gilberto Antonio Scussiato (CEAS/SC)	
• De Finanças:	• De Programação, Temática e Orientação aos Grupos Temáticos
Ana Marila Bonassa (SST)	Úrsula L. Carreirão (SST)
Cleverson Cidclei Maciel (SST)	Roseana Zacchi (SST)
Gilberto Antonio Scussiato (CEAS/SC)	Nilda Maria D'Agostini Paula (SST)
	Eleane Maria Goedert Proença (SST)
	Luiza Maria Lorenzini Gerber (CEAS/SC)
	Léa Mara da Cunha Leal (CEAS/SC)
	Márcia Adriana Araújo (CEAS/SC)
	Marliange da Silva (CEAS/SC)
	Kátia Ribeiro Freitas (CEAS/SC)
	Janice Merigo (CEAS/SC)
	Fabíola Andrade Schmitz (CEAS/SC)
• De Regimento:	• De Relatoria:
Adriana Aguilhar (SST)	Cleverton Cidclei Maciel (SST)
Eleane Maria Goedert Proença (SST)	Samanta Carla Sabel (SST)
Nilda Maria D'Agostini Paula (SST)	Caroline Marques (SST)
Kátia Ribeiro Freitas (CEAS/SC)	Janice Merigo (CEAS/SC)
Solange Bueno (CEAS/SC)	Marliange da Silva (CEAS/SC)
Rosimere Platt (CEAS/SC)	Vânia de Fátima Guareski (CEAS/SC)
Joel José de Campos (CEAS/SC)	
De Secretaria e Credenciamento:	De Comunicação:
Fernanda Guimarães Braz (SST)	Paulo Cordeiro (SST)
Andréia Titon (SST)	Jamille Borges de Oliveira (SST)
Denise Dela Bruna (SST)	Sidinei Rodrigues (SST)
Adriana Aguilhar (SST)	Janice Merigo (SST)
Ana Lucia Rosa da Silva (SST)	Marliange da Silva (SST)
Glorisse Lurdes Benincá (CEAS/SC)	
Fabíola Andrade Schmitz (CEAS/SC)	
Márcia Adriana Araújo (CEAS/SC)	
Maria Cecília A. Godsfriedt (CEAS/SC)	
Francielle F. S. Felix (CEAS/SC)	
Vânia Fátima Guareski (CEAS/SC)	
• De Apresentações Artísticas e Culturais:	• De Adequação a Acessibilidade:
Sidinei Rodrigues (SST)	Daiane (São Gabriel/SST)
Ana Lucia Rosa da Silva (SST)	Fabiana Vieira (São Gabriel/SST)
Maria Cecília A. Godsfriedt (CEAS/SC)	Rosilane Dalazen (CEAS/SC)
Daniela (CEAS/SC)	Solange Bueno (CEAS/SC)
	Karen Domingues (CEAS/SC)

Janice Merigo
Presidente do Conselho Estadual de Assistência Social – CEAS/SC

Dalila Maria Pedrini
Diretora de Assistência Social
Secretaria de Estado de Assistência Social, Trabalho e Habitação